



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 174

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	3203
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3206

TAQUIGRAFIA

35ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS AO PAF/JEQUITIBÁ

Em 06 de Outubro de 2017

Presidência dos Srs.

ALEX REDANO - 2º Secretário
RIBAMAR ARAÚJO - Deputado

(Às 09 horas e 22 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Alex Redano, realiza Audiência Pública para tratar de questões relacionadas ao Projeto de Assentamento Florestal – Paf/Jequitibá.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribamar Araújo; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Lúcio Mosquini, da Bancada de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Cletho Muniz de Brito, Superintendente do INCRA; Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário Adjunto do Estado do Meio Ambiente - SEDAM; Dra. Alessandra Martins Milare, Defensora, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Senhor Gentil Luiz Filipini, Secretário Municipal de Agricultura de

Candeias do Jamari; Senhor Jânio Lopes Souza, Zoca, Presidente da União das Vítimas da Reforma Agrária e Meio Ambiente - UNIVRAM.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia a todos. Invoçando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar de questões relacionadas ao Projeto de Assentamento Florestal - Paf/Jequitibá.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Muito obrigado. Podem sentar. Antes das palavras iniciais e na condução desta Audiência Pública pelo Excelentíssimo senhor Deputado Alex Redano, registramos a presença da Sra. Doutora Monize Melo, Advogada dos assentados; do Senhor Olavo Nienow, Assessor, representando o Gabinete do Deputado Estadual Lazinho da Fetagro; senhor José Luiz Braganhol, Presidente da Associação Rondoniense dos Produtores Rurais do Paf/Jequitibá - AROMAF; Senhor Sidney Antônio Bento, Presidente da Associação Rural dos Trabalhadores do Paf/Jequitibá; Senhor João Carlos da Silva, Administrador da Vila de Samuel; Senhor Deraldo Alves Santana, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Família Extrativista Flor da Castanha; Valdeir Gonçalves Ferreira Presidente da Associação Agroflorestal da LP-45, Agrof-45; Manuel da Mota Souza, Presidente da Cooperativa dos Produtores e Defensores da Floresta Amazônica; Valdir Baltazar da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto Paf/Jequitibá; Jessé Lobo, Engenheiro Florestal, senhoras e senhores moradores do Paf/Jequitibá; senhoras e senhores servidores do Incra aqui presentes; Augusto Barbosa Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Jequitibá; Dr. Marcelo do Duarte, Advogado dos assentados; Joel da Silva Costa, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar e Manejo Florestal da

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Linha 21, Paf/Jequitibá/Candeias do Jamari; senhor Jânio Plaster, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da LP-40, ASPRU-40.

Senhoras e senhores, a dinâmica, a metodologia do trabalho é de Sua Excelência, o Senhor Deputado Alex Redano, caso queiram dessas pessoas citadas fazer uso da palavra, pode erguer a mão que o Cerimonial da Assembleia vai até as senhoras e senhores colher o nome e passar para Sua Excelência, o Senhor Deputado, para também com o consentimento dele fazer uso da palavra. Para a dinâmica e o trabalho desta Audiência Pública, Sua Excelência o Senhor Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia a todos. Mais uma vez agradecer a presença de cada amigo aqui presente, cada morador do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá; pessoal da Vila de Samuel; agradecer a nossa Mesa composta aqui; nosso Secretário de Agricultura de Candeias do Jamari, meu muito obrigado, nosso amigo Gentil; meu amigo Zoca, obrigado Zoca, descobri agora que o nome do Zoca é Jânio, até hoje sempre Zoca. Nossa Defensora, muito obrigado pela presença, sempre atuante aqui a Defensoria Pública, nossa amiga Alessandra; nosso amigo Sales, Secretário Adjunto da SEDAM, muito obrigado; meu grande amigo, meu parceiro, nosso amigo Cletho Muniz; o Britão do Incra, Superintendente do Incra, obrigado, Brito, pela presença; Juiz, acho que ainda não se faz presente, Dr. Shamy Cipriano, Juiz da Justiça Federal; nosso Deputado Federal Lúcio Mosquini, obrigado Deputado Lúcio, nós sabemos da correria de Brasília, o senhor fez questão de vir aqui participar conosco dessa importante Audiência, muito honrado com a presença do nosso Deputado Lúcio Mosquini; o nosso companheiro muito atuante, Deputado que tem uma atuação muito forte também na região, Deputado Ribamar Araújo, nosso muito obrigado, Deputado Ribamar, pela presença e o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, um agradecimento especial pelo pronto atendimento desta Audiência, nós estávamos com dificuldade de vaga para essa Audiência, tinha vaga, mas, mais para frente e o Deputado Maurão trocou algumas datas e fez esforço para que tivesse essa Audiência, porque haja vista a urgência desta Audiência e está a caminho o nosso Presidente Maurão de Carvalho, já chegará.

E o porquê desta audiência? Nós tivemos algumas reuniões com a Dr. Monize, Dr. Doca, Jessé, cadê o Jessé? Meu amigo Thiago, o Zoca, no Incra e também na Sedam. E a minha preocupação, senhores, é que nós sabemos que está sendo feito um estudo do zoneamento e há previsão para final de outubro ou novembro, vir esse estudo aqui para a aprovação, zoneamento de todo o Estado. E nós sabemos que não haverá tempo hábil para discutir cada região os pormenores, os detalhes. Então, esta Audiência é para nós discutirmos a questão do Jequitibá. Foi criado em 2000 esse zoneamento; em 2007 foi criado o Projeto de Assentamento, com intenção também do manejo florestal, do cultivo de subsistência e foram criadas muitas expectativas, hoje nós temos diversos planos de manejo que estão com uma dificuldade imensa, nós temos milhares de agricultores que dependem desse zoneamento e, eu creio senhores, componentes da Mesa, se nós formos deixar para

discutir a questão do zoneamento Jequitibá quando for, quando chegar o projeto aqui na Assembleia Legislativa, não haverá tempo hábil. E nós sabemos, se for para votar até dezembro, não consegue fazer todas as Audiências que precisam ser feitas. Então hoje aqui, além de dirimir dúvidas; que saia um encaminhamento do que será feito. Nós convocamos a empresa que está fazendo o estudo, não sei se está presente, cadê o pessoal do Cerimonial? Não estão presentes, mas esse estudo vai indicar a questão do zoneamento. Mas nós, como legisladores, temos o poder e o dever de ouvir a comunidade e votar de acordo com o anseio da população, o anseio da comunidade. Mesma coisa o Executivo, mesma coisa o Judiciário. Nós sabemos que grande parte das áreas são áreas consolidadas. Então, espero que daqui saia encaminhamentos que possam amenizar o sofrimento de toda a comunidade do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá.

Vamos dar início, eu vou até pedir desculpa aqui para o nosso amigo Zoca, vamos mudar um pouquinho o protocolo. O nosso Deputado Federal tem, às 10 horas, daqui a 20 minutos, uma audiência também e ele é o palestrante dessa audiência. Então, quebrando o protocolo, passar à palavra primeiro para o nosso Deputado Federal Lúcio Mosquini.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, vamos registrar a presença da senhora Marli Alves, Presidente da Associação Flor da Castanha.

O SR. LÚCIO MOSQUINI – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite do Deputado Alex Redano e cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esta importante iniciativa e dizer que realmente o que nós podemos fazer é contribuir dando os parabéns e participando aqui como fiz. Quando me chegou esse convite, eu fiquei contente com o convite porque eu vi que está tendo uma ação da Assembleia neste sentido. Então quero cumprimentá-lo; cumprimentar o Deputado Ribamar Araújo, uma figura extraordinária, muito importante ali para a Vila Samuel. Eu era diretor do DER e recebi o Deputado Ribamar Araújo diversas vezes, lutando, defendendo, pedindo um bueiro, uma ponte, mas, sempre brigando por essa comunidade. Então receba aqui os meus cumprimentos e para não me estender quero cumprimentar rapidamente aqui, mesmo na ausência, o nosso Presidente Maurão de Carvalho; cumprimentar o Brito do Incra, essa figura extraordinária que nós temos em Rondônia. O Brito esteve, Deputado Alex, comigo, terça-feira em Brasília, falando para o Brasil todo sobre regularização fundiária. Quero parabenizá-lo pelo trabalho e cumprimentar. Cumprimentar o Sales da SEDAM, nosso Secretário, tem feito a sua parte lá; cumprimentar a Dra. Alessandra, nossa Defensora; cumprimentar o Gentil e todos se sintam absolutamente cumprimentados. E em especial o Zangão, o Zé Luiz; o Valdir, o Mineiro, nossos amigos, nossos companheiros ali da Vila Samuel. Inclusive, ontem estive na Vila Samuel. Cumprimentar o Dantas, que é o administrador e os demais da Vila. Deputado Ribamar, eu vou falar bem rapidinho para eu não gostar desse ambiente aqui, se eu começar a gostar aqui, eu poderei estar aqui nos próximos anos. Mas, olha, nós estamos fazendo um trabalho, no Brasil, importante, de regularização

fundiária. Eu tive a graça de Deus de poder escrever uma lei que é o marco regulatório da regularização fundiária no Brasil. Nós, num grupo de trabalho criado pelo Presidente Michel Temer, estivemos em audiência, na qual participou o Deputado Maurão de Carvalho, participou o Comandante Geral da PM de Rondônia e lá, face às mortes que nós temos aqui em Rondônia, nós somos um grande campeão de mortes de conflitos agrários, sensibilizamos o Presidente da República e de imediato ele criou um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho criou a Medida Provisória 759. A Medida Provisória 759 virou um PLV, foi para a Câmara e se transformou na Lei 13.465. Essa Lei é a Lei que pode mudar a história de Rondônia, porque ela fomenta, ela incentiva, ela dá meios, dá caminhos, dá facilidades para a emissão do título, para que você possa ser dono de verdade, para que você deixe de ser dono de mentira. Hoje, em Rondônia, Deputado Alex, nós somos proprietários de mentirinha. Nós somos proprietários de mentirinha, você tem a posse do imóvel e fala que você é dono.

Eu vou pegar o celular do Brito, Deputado Alex, emprestado aqui, eu fico com esse celular, Deputado Ribamar, uso, faço ligação, tiro fotografia, mas, este celular não é meu. Este celular é do Brito, mas, eu tenho a posse deste celular. E se alguém quiser me tomar esse celular, Deputado Alex? Se vir alguém me tomar esse celular, eu brigo. Eu pego um pedaço de pau, pego uma faca, pego um revólver, luto com ele, por quê? Porque estou defendendo o celular. Mas, o celular não é meu. Mas eu tenho a posse desse celular, ele está comigo. Então eu defendo a posse desse celular, mas esse celular é do Brito. Eu devolvo para o Brito, enquanto ele esteve comigo eu estava brigando por ele, é por isso que morre gente. O camarada tem uma posse, ele não tem o seu direito de propriedade e essa posse é esbulhada, é confrontada, é invadida, quando isso acontece, quem tem a posse reivindica o seu direito de reintegração naquela posse. O Juiz defere e vai lá um Oficial de Justiça com a polícia e faz a reintegração de posse, quem estava com a posse que acha que é dono vai defender aquela posse, e, aí começa o conflito agrário até sair à morte.

Aqui em Rondônia nos últimos 12 meses nós enterramos 35 pessoas, vítimas desse conflito agrário. Agora porque que isso acontece? Porque a pessoa não tem ali o seu título e o seu direito de propriedade.

“Deputado Lúcio o que isso tem a ver com a Vila Samuel, com o Assentamento Jequitibá?”. Tem tudo a ver meu irmão. Sabe por quê? Porque lá também você não é dono. Aliás, você pensa que é dono. Quando você ligar para um parente seu lá falando que você tem uma terra, você não fala que você é dono da terra. Você liga para o seu pai e fala: “eu tenho a posse aqui, eu penso que eu sou o dono”. Você só vai ser dono se tiver um título. E aí o Deputado Alex Redano usando de toda a sabedoria que Deus lhe deu, traz aqui esse bonitão, esse grandão, o Brito do Incra, para todo mundo falar mal dele. Não, não é assim não. Nós estamos completamente errados. A culpa lá do Jequitibá não ter documento não é do Incra não, é a forma irregular de ocupação que não atingiu o objeto inicial do que foi proposto. Verdade? Verdade. Lá era uma área de extrativismo vegetal, só podia ir para lá, Deputado Ribamar, quem ia tirar mel de abelha, quem ia tirar castanha, quem ia fazer a pesca artesanal, quem ia fazer pequena exploração da

floresta. Mas não. O Governo foi omissos, o Estado não pode ser omissos. Toda vez que o Estado é omissos quem paga são as pessoas. Toda vez. Mas como é esse negócio de omissos, Deputado? É quando o Estado, e o Estado não é o Governador, o Estado são as forças institucionais, quando elas fecham os olhos, as coisas vão acontecendo, vão acontecendo, vão acontecendo e depois é tarde. É o que aconteceu lá.

A forma de ocupação foi errada, mas, já está ocupada, já está antropizada, já está desmatado, já está plantado, já tem o capim, e agora o que a gente faz? Nós temos um problema; nós, é o Poder Público e quem está lá. Nós somos parte desse problema, e não adianta ficar procurando culpado, nós temos que buscar solução e a solução o Deputado Alex está propondo aqui. Tem um grupo que o Governo do Estado está trabalhando que está fazendo essa averiguação, essa aferição do Zoneamento.

“Deputado, que zoneamento é esse?”. O Zoneamento é uma Lei que fala: que aqui você pode plantar, aqui você pode desmatar; aqui você não pode e ela demarca as regiões do Estado. E lá, na grande região da Vila Samuel está escrito no zoneamento que você não pode ocupar da forma que está. Então o nosso caminho, o nosso caminho não é procurar culpado. O nosso caminho não é apontar dedo, o nosso caminho não é criticar quem ocupou porque se fosse assim não era problema só da Vila Samuel, era problema da região norte toda. “Ah! Mas, foi lá e desmatou, não podia ter feito isso. Perfeitamente. Então, dá 10 chibatadas em mim aqui. Quanto que é a minha punição. Não, você vai levar 5 cascudos, uma multa”. Não vamos discutir isso, nós temos que buscar solução, e, eu entendo, Sales, que essa solução, ela parte do governo do Estado, ele é o grande responsável para buscar um caminho, para buscar um caminho e aqui nós estamos discutindo essa busca desse caminho. E esse é o moral da história. Eu sou totalmente favorável que nós possamos enxergar a realidade. Qual é a realidade hoje da Vila Samuel? É isso que tem que fazer, vai lá e tira uma fotografia, do jeito que tiver a fotografia você traz, não precisa falar nada, traz a fotografia, lá está assim, Brito. E aí sim, nós vamos buscar solução. Lá tem a mata em pé? Lá está do jeito que foi há 10, 20 anos? Não. Então, eu defendo esse ponto de vista para que esta equipe do zoneamento possa mostrar para as autoridades e para Assembleia a realidade de lá hoje, só o que está lá, não precisa acrescentar nada, tira uma fotografia e fala: lá no Jequitibá hoje está assim. Então, eu entendo que o Deputado Alex Redano está buscando o melhor caminho e o melhor caminho é ouvir e buscar a solução. Então, eu quero encerrar as minhas palavras, pedir desculpas pela minha ausência, eu estou indo participar do Fórum de Governadores no Palácio. Mas, vocês vão ficar muito bem acompanhados, muito bem servidos, aqui está o Brito, que é um professor da Regularização Fundiária, está o Sales que entende tudo de Legislação Ambiental, estão os Parlamentares, dois grandes Parlamentares. Então, vocês estão aqui, Zoca, com a faca e o queijo na mão, pronto para andar, que nós possamos muito rapidamente enxergar a realidade da Vila Samuel. Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Como falou anteriormente, Sua Excelência, o Senhor Deputado Fe-

deral Mosquini, vai deixar a nossa Audiência Pública, em virtude de agendas aqui no Estado de Rondônia. Queremos registrar a presença do senhor Cleidimar Carneiro, responsável pela regularidade ambiental da EMATER; senhora Mineia Oliveira, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Ramal São Pedro, e João Carlos da Silva, Administrador da Vila Samuel, já está inclusive inscrito para fazer uso da palavra.

Convidamos para compor à Mesa, o Excelentíssimo Senhor Dr. Dimis da Costa Braga, da Justiça Federal, 5º Vara Ambiental e Agrária.

O SR. ALEX REANO (Presidente) – Dando andamento a nossa Audiência, eu convido para fazer uso da tribuna o meu amigo pessoal, meu amigo Jânio Lopes, popular Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA – Cumprimentar o Presidente Alex Redano, Deputado Alex Redano; cumprimentar o Deputado Ribamar Araújo; cumprimentar o meu amigo, Superintendente, o Brito; cumprimentar o Sales; o Gentil; Dr. Dimis, meritíssimo Juiz Federal da 5ª Vara que nos honra com sua presença nesse momento tão importante que tratamos a respeito do zoneamento do Parque Jequitibá; cumprimentar os demais e os Presidentes de Associações e todos que se fazem presente; a Dra. Alessandra, Defensora, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia. E dizer Brito, da importância de está se discutindo este assunto neste momento aqui nesta Audiência Pública. Nós temos já alguns anos, lutando por essa situação de regularidade daquelas áreas. Sabemos Deputado Alex, Deputado Ribamar, do sofrimento das famílias que ali vivem e ocupam aquelas áreas. Dr. Doca, Dra. “Muniz”. Porque isso já vem se arrastado anos e anos, desde que se criou, se, a Lei do Zoneamento já existia ocupações, portanto, ficou descrito na Lei que respeitasse as ocupações existentes, não podendo expandir. Mas, as famílias que ali já ocupavam e outros que chegaram, na verdade em busca de uma vida melhor, de um sustento para família acabou ocupando as áreas e alguns também que ali permaneceram, respeitaram a lei, não expandiram; seguraram, vigiaram aquelas áreas de floresta, para que no futuro viessem usufruir daquilo Brito, só que, no entanto, em 2007, criaram um projeto florestal dentro daquela área e aí, o que ocorreu? Não fizeram o estudo adequado, para ver a realidade daquela localidade e assim acabou com muitos problemas, porque o Judiciário, o falecido doutor Herculano que ocupava a 5ª Vara Federal, deu algumas liminares autorizando fazer manejo e eu me lembro muito bem que o doutor Herculano fez uma visita lá no PAF, antes de dar aquelas liminares e viu o sofrimento daquelas pessoas e viu também as pessoas que ali ocupavam e que realmente tinham direito de usufruir individualmente daqueles manejos, porque foram eles que vigiaram e nada mais justo do que a pessoa que está ocupando, que vigiou, guardou a floresta, usufruir do manejo florestal. Isso foi o entendimento do doutor Herculano naquela época e com isso criou-se a expectativa das empresas madeireiras se instalarem na Vila Nova Samuel. Hoje tem 14 madeireiras funcionando dentro da Vila Samuel, gerando emprego e renda para aquela localidade, que eu acredito que com esta situação de não mais ser autorizado fazer o manejo florestal individual, será o fim daquela

população daquela localidade. Por quê? Porque as madeireiras fechando, vão prejudicar ali, praticamente umas três mil famílias que ali vivem. Porque vai criar um problema social lá para o seu município, Secretário Gentil, porque esse problema vai recair sobre vocês, que onde não tem emprego e renda, as famílias vão depender do município que vai ter que arcar e carregar essa cruz. Então, o nosso objetivo aqui Deputado, eu não quero, se for falar o que eu preciso, eu vou passar o dia aqui falando dessa situação; então o que se busca aqui, é que reveja essa situação do zoneamento, que as autoridades que não conhecem a localidade, já fica aqui um convite em nome de todos que estão aí, que são trabalhadores, famílias honestas que precisam do pedaço de terra e que precisam ver essa situação resolvida Brito, e o Brito tem sido parceiro em busca de alternativas para resolver, mas não pode carregar esse peso sozinho e depois ser responsabilizado pelo Ministério Público, na forma de que ele resolveu a situação sem dar obediência aos demais órgãos competentes. Mas eu tenho certeza que o Brito com o seu conhecimento, irá junto com a gente buscar uma alternativa. Mas doutor Doca/Zoca, nós temos acompanhado essa situação e o senhor tem visto que a dificuldade se emperra na questão do zoneamento. Aquela região está dentro da zona 2.1, e a zona 2.1 diz que é a exploração da floresta para a sobrevivência, isso está na Lei que eu não lembro nem mais porque teve tanta alteração, mas começou com a 233 e hoje eu não sei nem qual é a lei que está, a verdade é essa. E aí o que nós queremos Deputado Ribamar, Deputado Alex, é que busquemos juntos ao órgão ambiental, uma solução para a alteração desse zoneamento, porque todas as vezes que participamos de alguma reunião na Sedam, eles empurram para cima do Incra, aí o Brito com certeza nos mostra que a verdade é que precisa de alteração do zoneamento, o zoneamento precisa ser alterado, porque senão não haverá regularização. Do que adianta regularizar a propriedade de vocês que estão lá trabalhando, plantando café, plantando fruteira, com a vaquinha de leite, ou plantando mandioca, uma farinha meu amigo Zé Luiz, presidente da Associação lá do Poterão, não vai adiantar nada porque se regularizar dentro daquela zona hoje, Paula, vocês vão receber um documento que de nada vai valer, porque nada vai poder fazer lá dentro e vai continuar na mesmice. Então não adianta o Incra documentar e não resolver o problema do zoneamento. Ai o que ocorre? Nós temos aqui até foi feito um esboço que em 2007 o Incra criou o Paf, o objetivo era aquele lá, e aí o Herculano, através das liminares autorizou fazer os manejos que as serrarias começaram a funcionar, dá emprego que eu já falei aqui entendeu? Hoje já se acha difícil porque o entendimento do Judiciário é um pouco diferente da época do Dr. Herculano. Então nós perguntamos qual será a solução para resolver o problema do PAF quanto a questão dos manejos florestais? Por que aquelas áreas que sobraram Brito, eu pergunto e depois quando Vossa Excelência for fazer o uso da palavra eu gostaria que respondesse para todos que estão aqui, a questão do manejo individual. Se da forma que se encontra hoje, que os técnicos do Incra já andaram lá, fizeram vistorias, identificaram as áreas, não todas, mas boa parte delas, se ainda há possibilidade de se efetivar o manejo coletivo da forma que se encontra hoje o Paf/Jequitibá, ou se seria melhor que hou-

vesse um consenso, alterasse o zoneamento e o Incra documentasse todos que ali estão ocupando da forma legal. Aqueles que estiveram fora da lei que sejam excluídos, mas, o que tiver dentro da lei que seja documentado ou pelo Terra Legal, ou se implante Brito, um PA normal e acabe com aquela situação do manejo deputado. Por que hoje nós sabemos e nós que temos conhecimento da situação que não há mais possibilidade de fazer manejo coletivo, porque as áreas já estão ocupadas e creio que aquele que está vigiando uma área a 10,15 anos ele não vai querer dividir ela com alguém para poder fazer o manejo para alguém que chegar lá hoje, chegou ontem, ou chegou a 30 dias atrás. Então nós buscamos aqui deputado Alex o apoio da Assembleia, o apoio do órgão ambiental e apoio do Judiciário, do Incra para que possamos do município de Candeias, aqui representado pelo Gentil, que encontremos uma saída para atender e solucionar o problema de todos que ali vivem e sofrem alguns há mais de 15 anos naquela região. Eu quero aqui aproveitar, quebrar um pouco o protocolo da situação e justificar aqui a ausência que eu convidei para que ele fizesse parte o Diretor do DER o Ezequiel Neiva. Por que é uma pessoa, deputado Ribamar, tem sido parceiro dentro daquele Paf na questão das estradas. Por que nós sabemos das dificuldades em que vive o município de Candeias e muitas vezes não pode atender aquela população em referência as estradas. E o Ezequiel nunca mediu esforços, juntamente com o Governador juntamente com o deputado Maurão de demais deputados da Assembleia, Ribamar Araújo, Alex Redano, para poder melhorar o acesso daquelas famílias que ali vivem. Meu muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe e nos dê a vitória nessa luta.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, grande amigo Zoca, parceiro. Meus amigos quem quiser se inscrever só se manifestar o pessoal do cerimonial está indo anotando, já temos 4 pessoas inscritas, assim que ouvirmos a Mesa já iniciaremos as falas e as perguntas.

Convido neste momento o nosso Secretário Municipal de Agricultura do Candeias do Jamari, o senhor Gentil Luiz Filipini para usar a tribuna, fique à vontade amigo.

O SR. GENTIL LUIZ FILIPINI – Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por nós podermos está nessa tribuna hoje, em nome do deputado Alex eu quero saudar a Mesa, e do Brito do Incra a população da nossa região, que é lá da Nova Samuel. Eu quero dizer aos senhores que a preocupação da gente é muito grande, como eu trabalhando na agricultura e a gente não poder fazer nada aquele município, aquele lugar que é onde a população, são homens responsáveis, homens que trabalham e a gente fica assim tão desanimado porque antes a gente chegava lá e pedia; como é que está aqui o Jequitibá? Mas a gente não conhecia. Só que nesse tempo que a gente está junto. Ontem mesmo nós estivemos lá fazendo um trabalho lá dentro e é só reclamação. Então eu como Secretário queria que os deputados olhassem com carinho, muito carinho para esse povo porque esse é um povo honesto, trabalhador. Eu quero falar aos senhores, gente, o que depender da prefeitura, até eu estou representando também o nosso prefeito que ele não pode vir, então estou representando o Prefeito lá de

Candeias e quero dizer ao deputado Alex, Deputado Alex que olhe com bons olhos esse povo porque esse povo merece, são famílias que tem lá dentro, lá não é tu dizer 'ah aqui tem um aventureiro', não, tu vais lá eles são trabalhadores, você conversa com eles só pensam em melhorias. Então a minha satisfação é poder ter umas máquinas lá dentro virando a terra daquele povo plantando a macaxeira, plantando café, então é isso que a gente pede de coração. Então só para endossar eu quero deixar aqui a disposição a minha secretaria e a prefeitura para o que precisarem daquele município. E eu deixo o meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos para uso da tribuna o Senhor Secretário-Adjunto de Estado do Meio Ambiente – SEDAM, senhor Francisco de Sales.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Aos presentes meu bom dia, e na oportunidade trago também os cumprimentos do Governo do Estado de Rondônia, aqui os nossos cumprimentos ao Deputado Alex Redano proponente desta Audiência Pública que na oportunidade representa o Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa; também o Exmº Sr. Deputado Ribamar Araújo nossos cumprimentos; Exmº Sr. Dr. Dimis da Costa Braga, Juiz da Justiça Federal, 5ª Vara Ambiental e Agrária; Exmº Sr. Cletho Muniz de Brito, Superintendente do Incra; Sra. Dra. Alessandra Martins Milare, Defensora representando a Defensoria Pública do Estado; Exmº Sr. Gentil Luiz Filipini, Secretário Municipal de Agricultura de Candeias do Jamari; Exmº Sr. Zoca que na oportunidade é o Presidente da União das Vítimas da Reforma Agrária e Meio Ambiente; imprensa, senhores produtores, agricultores, presidentes de associações. A gente vai trazer uma mensagem que precisa que os senhores precisam entender, a questão da mudança de categoria do zoneamento é muito complexa, envolve muitas leis, decretos, acordos, quando eu me refiro, falo leis, decretos, acordos, Ministério Público, Judiciário, para que pudesse a conter o zoneamento no Estado de Rondônia e hoje nós fazemos a segunda aproximação, tudo isso, e além do mais validado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente que é conhecido pelos senhores CONAMA, e os senhores também precisam entender que dentro desse processo que hoje as propriedades acima de 04 módulos no seu processo de regularização ambiental é autorizado 50% de reserva legal contando com a sua APP, porque Código Florestal recebeu dos Estados do BIOMA Amazônico aqueles que já tinham o seu zoneamento tudo bem, foi aceito e aqueles que não tinham o seu zoneamento era obrigado a executar o zoneamento dentro do Estado e nós fazemos parte dentro do Bioma Amazônico e nosso zoneamento está incorporado dentro do Código Florestal. Então, portanto, não é tão fácil, não é tão fácil fazer essa mudança de categoria como os senhores esperam. Quando se fez o assentamento do Paf/Jequitibá, se tem uma portaria do Incra e se fez baseado dentro do zoneamento 2.1, ali estão estabelecidas regras. Que se o Incra não estivesse editado esta portaria jamais o Incra, e tornasse um Paf, um Projeto de Assentamento Florestal, jamais poderia ter feito este assentamento. Jamais, jamais poderia ter sido feito este assentamento. Então, senhores e deputados é muito complexo, é muito com-

plexo. Agora, nós vamos ter uma reunião específica, ou uma audiência específica, para tratar do zoneamento dentro do Estado de Rondônia, antes, ou da segunda aproximação, antes de vir aqui para a Assembleia Legislativa. E aí onde vêm as discussões, e aí vêm as discussões, as negociações de todas as partes. Mas acredito eu, nós não vamos muito longe. E não vamos porque o desmatamento no Estado de Rondônia ele é crescente. E este controle não é só feito dentro do Estado de Rondônia, isso em nível de Brasil. E não vão permitir. Então precisa que os senhores, e este desmatamento e, eu entendo, que poderá o projeto avançar um projeto que se as pessoas assumam o compromisso de recuperar estas áreas degradadas na produção do plantio de espécies vegetais. Este é o caminho mais fácil. Porque para criar boi no sistema no avanço do desmatamento que está acontecendo no Estado de Rondônia não é só no Projeto de Assentamento - Paf/Jequitibá, ou como outros assentamentos, ou em como em outras áreas invadidas, então não vai avançar meus senhores. Não espere muita coisa. É uma caminhada longa e que é necessário, e que é necessário que todos nós termos este compromisso. E este compromisso eu vejo que é a recuperação destas áreas com plantio florestal, mesmo com a finalidade de exploração econômica para o futuro. Porque para a expansão da produção da carne vai ser muito complicado, meus senhores, isso haver uma permissão. Os Planos de Manejo nós estávamos executando, mas só com a ordem, só com a autorização judicial. Só com esta autorização. Os senhores têm conhecimento, nós temos lá dentro uma Ação Civil Pública, ela não foi julgada, por exemplo, após este julgamento nós não sabemos o que virá, então, importante seria de uma forma injusta eu perante os senhores, como servidor público de carreira há mais de 30 anos, me comprometer dizer que nós vamos resolver com a maior facilidade, querer vender facilidade. Eu não vou fazer isso, eu jamais, nunca fiz em toda a minha carreira. Então, portanto, meus senhores, estas são as minhas palavras. E a gente se coloca à disposição para o debate, Executivo, Assembleia Legislativa, outros Poderes, para que a gente possa encaminhar um caminho que possa viabilizar o Projeto de Assentamento Jequitibá. Mas eu não vejo outro caminho a não ser produção de madeira. Muito obrigado, um abraço a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos o Excelentíssimo senhor Cletho Muniz de Brito, Superintendente do Incra, nosso amigo Britão do Incra. Fique à vontade, Brito.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Alex Redano, neste ato representando como Presidente desta Mesa, representando Sua Excelência o senhor Deputado Estadual Maurão de Carvalho; Excelentíssimo senhor Deputado Ribamar Araújo; Excelentíssimo senhor Doutor Juiz Federal Doutor Dimis da Costa Braga; Excelentíssimo senhor Sales, Secretário Adjunto da SEDAM; Gentil, Secretário de Agricultura representando a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari; senhor Zoca, meu amigo Zoca, neste ato aqui representando a União das Vítimas da Reforma Agrária do Meio Ambiente, UNIVRAM; senhora Doutora Alessandra Martins, Defensora, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, neste ato aqui eu estou acompanhado da

minha colega de trabalho, chefe da Divisão de Desenvolvimento do Incra, Elaine e da Doutora Luciene. Em nome de todos os senhores agricultores, eu quero cumprimentar e dar um bom-dia a todos. Eu acho assim Deputado, primeiramente, eu quero parabenizar por essa atitude de trazer para a Casa de Leis, a Casa que representa verdadeiramente a população do Estado de Rondônia, um assunto importante, um assunto da atualidade. Eu quero cumprimentar o meu amigo, Bordalo, que está aqui também; cumprimentar o nosso Ex-Superintendente do Incra, **Olavo Nienow** que está aqui também. Então, esse assunto sobre o Paf/Jequitibá não é diferente dos outros assuntos sobre conflito agrário que assola o Estado de Rondônia. Eu lamento informar a esta Casa e aos nossos expectadores que estão aqui, que nós do Estado de Rondônia pela primeira vez na história, depois de mais de 47 anos de fundação do Incra, nós nunca passamos momentos tão difíceis, tão problemáticos e tão cheios de situações juridicamente constituídas, sem solução de problemas como está acontecendo hoje em Rondônia. Ouvi aqui o Deputado Lúcio Mosquini que antecedeu, inclusive usou as palavras dele, parece que estava bem atualizado com as informações sobre o Paf/Jequitibá, ele colocou com muita propriedade a situação do Paf. Mas a situação do Estado de Rondônia está igualmente à situação do Paf, nós temos um Estado, que o mapa do Estado representa o que significa Rondônia com as nossas especificidades com relação ao zoneamento, aquilo que pode aquilo que não pode; as divisões das áreas, nós temos um mapa bem feito, nós temos um Estado que foi geograficamente bem feito, foi acertado no momento que foi feito esse zoneamento, foi definido o zoneamento, mas, lamentavelmente não adianta você ter um zoneamento no papel que em campo não é a realidade do que está no papel, nós estamos vendendo uma mentira para o resto do mundo, o Estado de Rondônia está vendendo uma mentira para o resto do mundo. Nós temos hoje e aqui eu não estou aqui inventando número não! O Estado de Rondônia, hoje, de acordo com os números oficiais do Sipam de outros órgãos que falam e que ligam índice de desmatamento, o Estado de Rondônia hoje é um dos maiores desmatadores do Estado de Rondônia. Onde é que está o erro, será que está na presença ou ausência ou falta da presença no Estado? Mas não é só o Estado de Rondônia, não é só o Estado Militar, não é só o Estado Polícia Ambiental, não é Estado Sedam; nem Ibama, nem SIPAM e nem ICM-Bio, o Estado é um conjunto de força, é muito fácil chegar hoje como estão chegando, apontando o dedo e dizer o culpado é o Incra, o Incra fez o erro, o Incra cometeu o erro, e eu falei isso lá no Incra, eu falei isso e falo aqui, está gravado isso aqui nos anais desta Casa, o culpado da criação do Paf foi o Incra, porque o Incra criou o Paf, assentaram lá 591 famílias em 139 mil hectares divididos equitativamente 235 hectares aproximadamente para cada um, mas qual foi o critério usado naquele momento, assentamos verdadeiramente aos agricultores que tinham procedência do extrativismo, não! Assentamos lá pessoas que tinham atuação na agricultura familiar, que tinha como origem o trabalho de plantar e colher e vender, foi isso que aconteceu lá. Eu quero dizer que o culpado sou eu o Incra, nós somos culpados, mas, por que nós somos culpados como disse o Mosquini aqui, nós temos que eternamente pagar por estar errado, Não! Tem que achar solução.

Está escrito meu digníssimo Dr. Sales, lá na Lei Complementar 233, do ano de 2.000, que foi alterada pela Lei Complementar 312, de 2005, que qualquer mudança no zoneamento a partir da mudança atual, só poderá ser feita outra alteração após 10 anos. E o que está acontecendo aqui hoje? Nós sabemos, e, é verídico, que tem uma empresa atualizando o zoneamento de Rondônia, pontos focais; lá na região de Guajará-mirim, em outras regiões fazendo estudos para verificar a possibilidade ou não de fazer essa alteração. Aí, vem o pessoal aqui do Paf/Jequitibá, que está com um problemão na mão e vocês podem ter certeza, se não alterar o zoneamento vocês continuam sendo irregulares, vão continuar sendo irregulares pelos próximos 10 anos, vai se 10 anos de discussão aqui dentro, no Juizado Federal, no Ministério Público Federal, no Ministério Público Federal, no Ministério Público Estadual e não vai ter solução. Aqui tem que se unir as forças. Eu acho que a Assembleia está partindo pelo pressuposto de que: vamos chamar a atenção de que nós estamos com um problema muito grande na mão e nós não estamos falando de 10 famílias assentadas não! Nós estamos falando de 591 famílias dentro do perímetro do Paf e mais quase mil fora do Paf. Nós temos muita gente ali além do Paf, da época que foi criado esse Paf nós tínhamos pessoas que já estavam instaladas na região há mais de 20 anos. E o que acontece hoje? Toda aquela região ali está inserida encravada na zona 2.1 do zoneamento socioecológico do nome do Estado de Rondônia. Qual é o remédio jurídico para aquilo ali, nós temos aqui um TAC que é um Termo de Ajustamento de Conduta. Eu disse numa reunião, outrora, que é fácil pegar uma caneta e cancelar a Portaria que criou o Paf/Jequitibá. Numa canetada eu cancelo ela, aí, depois eu vou preso. Depois eu vou preso porque o Dr. Dimis, que é o Juiz Federal, na hora manda conduzir porque eu estou descumprindo um documento assinado pela Presidência do Incra, pelo Governador, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual, por todas as autoridades dizendo que a gente tinha que cumprir ritualisticamente o que estava escrito no Paf. E aí, é importante para vocês resolver o problema de vocês e cria um para mim? Não. Nós vamos reunir todas as autoridades, foi isso que eu disse, se vocês quiserem mudar, alterar o zoneamento tem que ser de uma forma o quê? Coletiva. Da mesma forma que se tentou criar um assentamento coletivo, tem que resolver coletivamente. E não tem outra... Outra coisa, dizer para mim que lá vai continuar Paf, é mentira. Quem está lá dentro não é Paf. Eu poderia, olha, eu poderia aqui Sales estar dizendo, 'não, vamos embora estudar, verificar quem está lá dentro, que está cultivando aquilo de forma ecologicamente correta, vivendo da extração do cálcio, da castanha, da copaíba, da extração da madeira, de outras coisas', eu duvido que você vá achar. Aí nós criamos um problemão porque assentamos essa quantidade de família numa área de 139 mil hectares que nem demarcação não tem. Aí, a Justiça, como não entendia, obviamente, não é que a Justiça não entendia, ela não sabia. Entender é uma coisa, ela não sabia. O advogado, quando chega lá com uma petição para o juízo, ele chega com um processo, um processo formado. O Juiz não toma decisão vendo quem está em campo. Ele toma decisão no que está nos autos. Aí chega lá um cidadão, requer em juízo a aprovação do seu plano de manejo individual. O Juiz não vê razões suficientes ali para que

o cidadão, que quer sustentar sua família, que precisa de renda para poder botar comida dentro de casa, o Juiz liminarmente concede, liminarmente concede uma autorização para que o órgão ambiental seja obrigado, senão ele pode até ser preso, a cumprir um mandado de segurança. Quantos mandados de segurança nós tivemos dentro do Paf/Jequitibá aprovado pela Justiça, para que fosse aprovado plano de manejo? E aí virou uma verdadeira salada de frutas, porque o início da coisa não era isso. O início da exploração de manejo era coletivo. E aqui, diga-se de passagem, cá para nós também, vocês criaram umas associações lá que teve alguns malandros que foram presidentes de associação para ludibriar vocês. E vocês sabem disso? Vocês criaram associações lá dentro que teve alguns malandros que foram presidentes de associação para ludibriar vocês, para fazer plano de manejo acontecer, pegar o dinheiro, botar no bolso e olha, pernas, para quem te quer, perna para quem te quer. E é isso que não deve acontecer. A coisa tem que começar séria da base, da base. Nós temos aqui hoje um problemão sério para resolver. O discurso, eu não vim aqui para fazer discurso para ser aplaudido não. Eu vim aqui fazer um discurso, sabe para quê? Para dizer: nós temos até 31 de dezembro para atualizar o zoneamento, segundo a informação que eu tenho. Se essa área do Paf/Jequitibá não for tratada com a devida condição que ela tem que ser tratada pela gravidade dos fatos, e se não tiver uma alteração de lei, vocês continuarão irregulares. A própria Sedam, o Ibama, a Polícia Ambiental todos os órgãos de fiscalização, o Ministério Público, podem ter certeza que vai autuar e vai autuar mesmo quem estiver explorando madeira de forma irregular, quem estiver ocupando de forma irregular, quem estiver desmatando de forma irregular. Vocês não tenham dúvida disso. Então eu só vejo uma maneira, eu vim aqui, eu pedi permissão para o Deputado Alex Redano, e falei: "olha, Deputado, e não vim aqui falar bonito para ninguém, até porque esta Mesa está repleta de autoridades, inclusive Juiz Federal está aqui, eu não vim aqui fazer bonito para ninguém". Agora, ou a gente sai daqui com um posicionamento de que o Estado de Rondônia, através da Sedam vai pegar essa empresa que foi contratada, vai levar lá para dentro para levantar quem é quem, se aquela área pode ou não ser alterada para Zona 1, ou então não tem remédio jurista para aquela região, não tem, não tem! Desculpem a minha verdade. A minha verdade não é minha não, a verdade é a verdade dos fatos. O que o Deputado Mosquini colocou aqui, falou de forma simples, vamos tirar fotografia, vamos ver quem é quem que está lá hoje. Essa é a realidade. Se você achar lá um extrativista, um extrativista lá hoje para falar que ele pertence ao Paf/Jequitibá, aí eu declino do que eu estou dizendo. Aí eu declino do que eu estou falando, eu sou mentiroso. Então, Deputado Redano, eu vou finalizar minha palavra porque eu não vim aqui, volto a falar, eu não vim aqui caçar confusão com ninguém, eu não vim aqui para tentar jogar ninguém contra ninguém. Eu estou dizendo é que, e está gravado, o Incra errou, o Incra errou em ter criado o Assentamento da forma que criou. O que nós estamos querendo aqui, como Incra, é tentar achar uma solução para resolver o problema das famílias que estão ocupando aquelas

áreas. Então, ficam aqui as minhas palavras. Muito obrigado, e estou à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Registrar a presença também do senhor Silas Cordeiro, Administrador do Distrito de Triunfo, e 1º suplente de Vereador e amigo do Deputado Ribamar.

O Sr. Fredson Andrade, Engenheiro Florestal a presença também, o nosso muito obrigado.

Com a permissão do Dr. Dimis, Juiz Federal, vamos ouvir 3 inscritos da Comunidade e gostaria de mais uma vez gente, quem quiser usar a Tribuna, fazer as perguntas, usar a fala pode se inscrever, só dá um sinalzinho aí pessoal do Cerimonial vai até vocês.

Gostaria de convidar aqui o Presidente da Associação dos Produtores Rurais – ASPROR-40, O senhor José Carlos Souza.

Sr. José Carlos, pode ficar à vontade, usar a Tribuna e aqui é Audiência informal também gente, podem se inscrever, quem quiser usar a Tribuna, fazer questionamentos, estamos aqui para ouvi-los e se Deus quiser sair daqui já com o encaminamento.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar a presença do Dr. Caetano Neto, aqui conosco.

O SR. JOSÉ CARLOS SOUZA – Meu muito bom dia! Em nome do Presidente, Deputado, eu quero cumprimentar todos os moradores lá da 45 e dizer que nós produtores rural, eu estou aqui falando em nome de um setor imenso que no qual já foi falado aqui, a gente não veio aqui também, simplesmente, mais uma vez com a saga na qual já vem durando 10 anos desde 2007, que foi criado aquele setor lá como se fosse uma grande coisa para os produtores e se tornou uma saga de reunião e mais reunião, se tornou uma saga de os produtores lá do setor da 45, estarem aí dentro de um ônibus batendo aí, fechando BR, fazendo um monte de coisa para poder defender os nossos direitos o qual nós fomos, viemos aqui para o Setor Candeias do Jamari em busca de um novo caminho. Mas, é muito importante senhores Legisladores e senhores Executivos enxergar nós, produtores de Rondônia da mesma forma que vocês enxergam o Sul do Estado e ser verdadeiramente os nossos representantes aqui na Assembleia para não precisar nós deixarmos o nosso sítio, a nossa propriedade, a nossa fazenda para estar na estrada todos os dias em vez de estar produzindo. Nós estamos aqui já faz 10 anos que isso foi criado que nem disse aqui o senhor Diretor aqui do Incra, um TAC que nunca foi cumprido desde a criação. Agora será que todos nós assentados no Paf/Jequitibá vamos continuar com essa saga mais 10 anos? Nós falamos em preservação, nós ouvimos falar não só aqui em Rondônia, mas em mídia nacional sendo como se fosse o bioma brasileiro fosse mais importante do que vida. Nós vemos, que nem falou o Zoca aqui, o nosso setor lá de educação, saúde e desenvolvimento, no setor nunca ninguém colocou nada lá, o que tem desenvolvido aquela região foi através desses colonos que estão aqui e milhares que ficaram lá ainda, porque nós nunca fomos representados pelo nosso legislativo nem pelo nosso executivo, só falam em

preservação, preservação e lei que nós não entendemos, agricultor não entendemos sobre lei, porque se nós entendêssemos sobre lei nós éramos todos candidatos. Nós deveríamos sim entender, mas nós somos agricultor, somos produtor, nós produzimos grãos, carne, o alimento para todo mundo e porque é que nós somos deixados nesse espaço aí, só em busca de cumprimento de um TAC que nunca foi cumprido, que nem está ali: “o TAC precisa ser cumprido”, mas nós, vejam lá, procuram dentro desse TAC se não tem lá na área de educação, de saúde, tantas coisas que era para o Incra ter implantado lá dentro daquele Projeto? Temos lá milhares de crianças sem escola, sem estrada, sem nada, e nós não somos representados pelo nosso legislativo e nem por nosso executivo e nós só vemos impor norma em cima do produtor. O produtor não pode fazer isso, não pode..., como se o resto pudesse fazer tudo. Até quando nós vamos continuar nessa saga na beira da estrada para defender os nossos direitos? Até quando nós vamos enfrentar o ônibus naquelas estradas lá cheias de buracos que nem disse o Deputado aqui no início? Vão lá tirem uma foto só da estrada. Vocês vão com as caminhonetonas de vocês, mas nós saímos dentro de um ônibus dentro de um carrinho baixo lá todos os dias para buscar saúde, educação naquele setor. É hora de nós rever, que nem já foi dito aqui nesta Assembleia, é hora de nós rever os nossos erros, é hora de nós mudar essa realidade para não precisar nós estarmos aqui todos os dias, quando não é aqui é lá no Incra, quando não é no Incra é na beira da estrada, quando não é todos os dias nós somos convocados para alguma coisa e vocês que são os nossos representantes, até quando que vamos. Então, precisa rever esse zoneamento. Discordo completamente do nosso Secretário lá, que impõe lá um monte de limite como se não tivesse solução, como se tivesse que pegar aquele povo lá e colocar em algum lugar onde não existe, na qual somos tratados. Nós precisamos do nosso documento da nossa propriedade, nós precisamos desenvolver a nossa propriedade, nós precisamos de um direito, nós não temos direito de criar nenhuma galinha naquele lugar, nós estamos lá pela força da vontade, lá tem os chacareiros, os proprietários, os fazendeiros, mais tudo com o mesmo sentimento de fazer a sua propriedade produzir para que nós sejamos representados juridicamente também, porque até quando nós vamos ter que está entrando na justiça para defender os nossos direitos? Nós não somos estrangeiros nesta terra aqui não, nós pertencemos ao Estado de Rondônia, nós temos que ter uma banca- da que respeite nós também como produtor rural, como gente na verdade. Não podemos viver nesse mais ou menos. A classe madeireira está lá, mais foi o único, o púnico ser que chegou lá e colocou desenvolvimento se chama: Juiz Herculano, que deu uma ênfase para nós, porque quem tem sua vaquinha lá foi através da exploração da madeira legal, quem nem disse o Zoca. Mas, até isso estão tirando agora hoje de nós lá, o direito de sobreviver, nós temos que inchar a cidade novamente, nós temos que migrar aqui para Porto Velho, tenho que migrar para Candeias. Aí, eu quero chamar atenção das nossas autoridades municipais lá em nome do nosso representante aqui; precisar olhar para aquela região com olhos de produtor, não como os invasores que nem somos tratados todos os dias, como representante lá da LP 40, como morador, como

produtor. Eu trago aqui a indignação de muitas pessoas que no qual queria usar essa palavra. Mas, eu só espero senhores legisladores que olhe com carinho para todos nós lá, que nessa empreitada aí de tanta dificuldade que nem disse o nosso secretário aqui, que encontre uma solução, nós não podemos ficar mais 10 anos como estamos, nós temos que resolver esse problema de uma vez que nem disse o Superintendente aqui, tem que achar uma solução para o nosso problema, não só empurrar com a barriga, vamos ficar discutindo esse TAC o resto da nossa vida, até que nós morramos lá naquele lugar? Quem nem já muitos morreram, esperando que desenvolvesse. O meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidar neste momento para uso da tribuna, o Deputado Estadual Ribamar Araújo, e o Deputado Ribamar está sempre aqui nesta Casa de Leis cobrando esta questão do Paf/Jequitibá e também um grande defensor da Samuel. Então, parabéns Deputado Ribamar e mais uma vez obrigado por abrilhantar a nossa Audiência.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, presidindo os trabalhos neste momento e autor desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Dr. Dimis da Costa, Juiz da Justiça Federal, 5º Vara Ambiental e Agrária; cumprimentar Excelentíssimo Senhor Cletho Muniz, Superintendente do Incra, foi companheiro aqui nesta Casa, como Deputado durante um período na legislatura passada; cumprimentar Excelentíssimo Senhor Francisco Sales, Secretário Adjunto do Meio Ambiente - Sedam; cumprimentar a Senhora Dra. Alessandra Martins, Defensora Pública, representando a Defensoria Pública do Estado; cumprimentar o senhor Gentil Filipini, Secretário de Agricultura do município de Candeias do Jamari; cumprimentar o Senhor Jânio Lopez Souza, o Zoca, Presidente da União das Vítimas Reforma Agrária e Meio Ambiente; cumprimentar aqui os companheiros, a Senhora Marli lá da Vila Samuel; cumprimentar o Valdir Baltazar, Presidente de uma Associação também lá da Vila Samuel; cumprimentar o Mineiro, o Mineiro do Boteco, Presidente também de uma Associação lá; cumprimentar o Dantas, que é o administrador lá da Vila Samuel; cumprimentar o amigo Bordalo, Presidente da Central das Associações; cumprimentar o Pedrão; o Zé Luiz; que é Presidente da Aramaf o Zangão também lá da Aramaf e o meu amigo Silas Cordeiro, hoje é administrador do Distrito de Triunfo, primeiro suplente de Vereador, e que estará se Deus quiser assumindo por esses dias a Câmara Municipal de Candeias do Jamari. Cumprimentar aqui a imprensa, os funcionários da Casa, cumprimentar todos os presentes aqui, inclusive a esposa e filhos do Silas Cordeiro. Meu amigo Deputado Alex Redano, na solicitação da Audiência Pública está para falar sobre o problema do Jequitibá, mas aqui nós vemos que tem pessoas, tem moradores de toda Vila Samuel, de todo o Distrito da Vila Samuel, seja os do Jequitibá. Então, eu não quero fazer uma fala somente dirigida aos do Jequitibá, quero fazer uma fala mais genérica, abrangendo todo aquele pessoal que mora naquele distrito e destacando acima de tudo Brito o sofrimento que esse povo tem passado ao longo do tempo desde que entraram, e adentraram aquela mata e tentam produzir. Eu não posso deixar de destacar tanto discurso do Brito do

Incra, como o discurso do Sales, dois discursos sinceros, só que mesmo concordando com a sua sinceridade Sales, a minha posição em defesa do povo sempre contraria as questões ambientais. E eu começo fazendo a seguinte pergunta: o que seria o Estado de Rondônia, se a floresta não tivesse dado lugar à agricultura, a pecuária e hoje o Estado de Rondônia, caminhando celeremente para nossa industrialização? Não seríamos nada. Há trinta e sete anos, trinta e oito anos, quando aqui cheguei nessa terra, Rondônia, era uma floresta praticamente intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte e do Brasil, e hoje trinta e sete anos, trinta e cinco, trinta e sete anos depois, muito pouco na vida do Estado, exatamente porque a floresta deu lugar à agricultura e a pecuária. Nós somos um dos Estados mais fortes da Federação, somos o 5º maior exportador de carne bovina do nosso país, vocês imaginem uma conquista em somente trinta, trinta e poucos anos. O Zé Carlos, falou aqui que não se sentia representado aqui nem pelo Executivo e nem pelo Legislativo, se eu não me engano, mas Zé Carlos pode ter certeza que aqui nesta Casa, vocês têm um defensor, estou falando por mim, mas vocês não têm um só defensor, vocês têm muitos defensores aqui nesta Casa, inclusive o Deputado Alex Redano. E aqui, eu vou dizer mais para vocês, o amigo Sales, me falou que não tem como reverter esse quadro através da aproximação do zoneamento, e o Brito, falou que só tem uma condição de reverter esse quadro, se alterar o zoneamento. Mesmo não tendo Brito, na hora que esse Projeto chegar aqui, se não alterar essa Vila Samuel, tirando do 2.1, para dar condições a essas pessoas que já estão produzindo lá, de continuarem produzindo, eu particularmente tenho certeza que conseguirei o apoio de quase todos os outros Deputados, inclusive do Deputado Alex Redano. Eu colocarei uma emenda, eu colocarei uma emenda como fiz aqui no passado, eu não estou fazendo discurso demagógico para ser aplaudido não, eu já tenho prova do que fiz aqui dentro. Quando nós aqui, o pessoal de Minas Novas, ali para o lado de Rio Pardo, para o lado de Buritis, estava sobre o risco de ser despejado, nós da Assembleia nos reunimos extraordinariamente e tentamos e anulamos através de uma votação o Decreto que tinha criado a Reserva Jaci-Paraná. E aí eu inseri no meio, emendei mais duas reservas o Rio Madeira aqui e o Rio Vermelho, são reservas que foram criadas aqui peto de Porto Velho. Agora, infelizmente para ceder às questões ambientais, as pressões ambientais do mundo inteiro, os nossos governantes muitos deles e legisladores também temos culpa, muitos deles cederam à pressão, e eu cito um exemplo aqui, da Reserva Rio Madeira, e Rio Vermelho ser. Um Governador para colocar o dinheiro na mão do Planafloro, que esse dinheiro nunca chegou à ponta para quem precisava, nunca chegou para vocês, assinou um Decreto criando duas reservas. Esse irresponsável não se preocupou em momento nenhum que lá já tinha gente morando, e não se preocupou também eu tenho certeza quando foi criado a Paf/Jequitibá amigo Brito ou colocaram aquela área no zoneamento como 2.1 não foi feita uma pergunta para ninguém. E eu tenho certeza o seguinte; se fizesse uma pesquisa, uma pergunta perguntando: vocês querem continuar aqui como Paf, somente podendo explorar as coisas das florestas ou vocês querem produzir tudo que vocês pude-

rem? Não vai ter uma só pessoa que aceite lá continuar com o Paf. Então nós temos acima de tudo, nós teríamos acima de tudo que ouvir a população antes de tomarmos a nossa atitude. Mas a situação nossa hoje é gravíssima nesse país, vou citar uma coisa que talvez nem passe pela cabeça de vocês, é muito fácil e virou moda ser ecologista hoje. É tanto que nós temos, por exemplo, um Presidente da Câmara Federal, um cidadão que muitas vezes não sabe nem para qual lado fica a Amazônia, quando naquele decreto do Presidente, que eu não estou aqui defendendo, mas ouvi uma declaração dele que disse; uma pessoa dessa não tem compromisso nenhum com o Brasil, não tem compromisso nenhum com a soberania do Brasil e muito menos com a Amazônia brasileira quando ele disse; tudo que nós formos fazer na Amazônia nós temos que ter muito cuidado que a pressão internacional é grande. Quer dizer vale muito mais a pressão internacional, vale muito mais os interesses internacionais do que o interesse do nosso povo dentro. Quem deveria falar pela Amazônia somos nós Amazônidas, e não gente que fica lá no Rio de Janeiro tomando uísque do melhor, morando na melhor localização do Rio de Janeiro que é muito fácil ficar dando pitaco, opinando sobre a Amazônia por que virou moda, se defender a Amazônia intacta. E aí eu fiz a pergunta no começo da minha fala; o que seria do Estado de Rondônia se a floresta não tivesse dado lugar a agricultura, a pecuária? Nada, absolutamente nada, seria uma floresta. Infelizmente nós brasileiros por causa da irresponsabilidade e da bandidagem que cito como exemplo esse Eduardo Cunha, esses outros palhaços que estão lá no Congresso Nacional, que a vida inteira só fizeram roubar o povo. Aquele que foi pego com cinquenta e um milhões no seu apartamento, e eu pergunto a vocês; esses homens que tinha o poder dado pelo povo de dirigir os destinos do nosso país, eles tinham algum compromisso conosco aqui? Eles têm algum compromisso com a soberania do Brasil? Nenhum. Por que eles vendem até a própria mãe e entregam por dinheiro em troca de dinheiro. Então meus amigos eu não estou aqui de maneira nenhuma incitando ninguém, eu sou um defensor do povo, eu acho que o nosso povo já vive sacrificado demais. E o sacrifício aumenta ainda mais quando aparece gente que tem o poder da caneta, mas não tem nenhum compromisso com o povo, dificultando cada vez mais a vida do nosso povo, e ter colocado aquele povo da Vila Samuel como zona 2.1 é um exemplo do que eu estou falando. Agora posso garantir a vocês que eu tenho lutado Zé Carlos, de todas as formas que eu posso, dentro das minhas limitações, que são demais as minhas limitações, o Mineiro aqui é testemunha de quantas vezes, Marli também que a gente lutou. Recentemente tivemos no DER pedindo, e aqui eu quero agradecer ao Dr. Lúcio que muita coisa que foi feita ali, o deputado Lúcio que ele teve até há pouco tempo aqui, muita coisa que foi feita ali em termos de estrada foi a meu pedido, eu implorando, e quando o Lúcio estava no DER me atendeu bastante. O Ezequiel Neiva também tem me atendido, um pouco menos, mas tem atendido, mas a gente está lutando Zé Carlos, infelizmente tem que se respeitar as vezes as limitações das pessoas, se dependesse de mim você não sofriria como tem sofrido lá não. Eu tenho outra visão, você está entendendo? Não é só por ser representante do povo não, embora sofrendo muito, é por que os polí-

ticos que fazem as coisas com seriedade, que não são demagogos, que não fazem um discurso e na prática é totalmente diferente, esse não tem oportunidade na política por que o próprio povo não gosta. O povo infelizmente na maioria, gosta mesmo é de bandido aquele que vem conversa bonita, com tapinha nas costas e convence. Infelizmente o nosso povo muitas vezes o povo é inocente, às vezes, sem a consciência que deveria ter. Mas eu vou continuar fazendo a política com nobreza, fazendo a política com seriedade sem enganar ninguém, mesmo sofrendo, mesmo chegando nas urnas e vendo muito poucos votos em relação aos votos que tem os bandidos. Vou continuar lutando pelo nosso povo, infelizmente pessoas como eu sempre tem pouca força, porque as vezes um bandido que já roubou o povo, aquele bandido por exemplo que tem cinquenta e um milhões num apartamento ninguém sabe quanto cinquenta e um milhões ele tem em outro apartamento, um bandido daquele tem dinheiro que já roubou do povo para fazer tudo que o povo pede a ele na véspera da eleição, então gente séria nunca vai ter condição de concorrer e ganhar uma eleição com um bandido daquele, infelizmente, porque o nosso povo inocentemente dá muito mais preferência a votar num bandido daquele do que votar numa pessoa séria que faz as coisas todas sérias dentro da política. Quero aqui encerrar parabenizando ao amigo Deputado Alex Redano, companheiro de trabalho, e agradecendo a todos vocês me colocando a inteira disposição, queria uma coisa que vocês nunca tivessem dúvida da luta que eu tenho pela população de um modo geral, mas principalmente por quem precisa, agora antes de tudo sendo sincero, nunca usando discurso demagógico porque vocês podem escrever e pesquisem a meu respeito, vocês vão encontrar que onde estiver a verdade e a justiça eu vou estar junto e onde estiver o povo eu vou tentar defender. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns meu grande amigo Ribamar, parabéns pelas palavras verdadeiras. Convidamos para uso da tribuna o Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto Paf/Jequitibá, senhor Valdir Baltazar da Silva, a tribuna fica livre ao senhor Valdir. Agradecer a presença do Exmº Sr. Vereador Afonso Cândido, Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná, nosso muito obrigado ao nosso amigo Afonso.

O SR. VALDIR BALTAZAR DA SILVA – Bom dia a todos. Quero primeiro agradecer a Deus por este momento especial que estamos aqui todos juntos, senhores, estamos aqui porque Deus permitiu a gente chegar aqui e estamos mais próximos do nosso objetivo. Eu quero aqui cumprimentar a Mesa, Deputado Alex obrigado pelo seu bom trabalho, obrigado pela sua atenção especial a essa população tão carente, e eu quero aqui agradecer, para encurtar o tempo, quero agradecer a Mesa em geral, nosso amigo Deputado Ribamar, todas associações, todo esse povo batalhador que está conosco hoje. Brito, eu vou falar uma coisa contigo aqui, você falou sobre associações, eu tenho no meu bolso aqui uma carteirinha da associação que tem 19 anos de fundada lá dentro, eu sou presidente dela desde 2010 para ajudar o Incra a combater esse tipo de coisa e vou dizer para vocês e vocês vão concordar comigo,

esse Paf/Jequitibá para começar a conversa, deputado, o Deputado Ribamar é conhecedor disso aí, esse Paf/Jequitibá foi montado em Brasília para cá, nós assentados somos cabaiais de uma experiência que o Incra de Brasília botou para cá, reconheço o Brito do Incra, a Dra. Liciane, reconheço todos, até o 'Abílio Nobre' que estava quando começou, esse Paf foi uma experiência que nós somos cabaiais e por que não deu certo esse Paf? Infelizmente, doutor, o Incra de Rondônia depende do recurso de Brasília, esse Paf foi homologado em 2006, eu estou no Paf, sou fundador, estou no Paf desde 2001, eu fui reconhecido pelo Incra em 2005, documentado em 2007 e tem um título de 2010 que até hoje não consegui tirar um metro da minha área porque esse Paf nunca foi para frente, por quê? Ninguém do Incra de Rondônia é culpado, o recurso não veio de Brasília, quando vinha uma etapa fazia uma parte, quando chegava a outra etapa vencia-se o tempo e não vinha mais recurso e dessa forma o Ibama não fiscalizou a área, o Governo do Estado não fiscalizou porque não era do Governo do Estado e quem está pagando a conta até hoje são as cabaiais que estão ali, as cabaiais estão até hoje, as cabaiais que estão aqui. Mas de que ano que tem uma família aqui, o nosso amigo Brito falou aqui, eu fiz em nome da associação uma linha que o Incra nunca teve recurso para fazer, eu fiz em nome da associação para saber o pé que estava o Jequitibá de 120 propriedade achei 36 pessoas que o Incra assentou, de 120 achei só 36, fui lote a lote, três dias fazendo pesquisa com recurso da associação e com meu recurso próprio para eu chegar aqui e estar falando para vocês a situação que está o Paf hoje. Então nós temos que ser sinceros e trabalhar com a realidade, tudo que o Lúcio Mosquini aqui falou é a realidade. O Sales falou aqui, Sr. Sales, reconhecemos o direito das leis ambientais, queremos seguir elas, mas que todos sigam o mesmo padrão, se for possível juntar todo mundo que fez o TAC e se for possível ficar uma semana linha a linha para ver hoje a situação que está o TAC, que hoje nós assentados no Estado de Rondônia, aliás, assentados e fora, são 183 mil hectares que está no entorno, tem uma reserva o senhor é conhecedor disso aí mais que eu, tem uma reserva de 18 mil hectares ao lado direito que é a primeira reserva que é do lago de Samuel, em seguida tem uma de 75 mil hectares que é biológica, em frente tem uma de 90 e poucos que é o Jaquirana e ao lado esquerdo que pega do rio Madeira e vai até Cujubim tem uma de 223 mil hectares que é uma reserva extrativista, aí eu falo para os senhores em pleno século XXI vamos deixar todas essas cabaiais continuar sendo escravo? Que nós somos escravidão branca isso aí, por que eu vejo no dia a dia, eu peguei a associação para ajudar a administrar, a gente chega aqui na cidade onde tem energia e se liga o rádio ou a televisão você vê o Governador falar de Rondônia, vamos inaugurar a agroindústria em tal lugar, tem o Rondônia Rural Show. E sinceramente, senhores, só para os senhores entenderem, a Emater vai lá, pega a gente coloca no ônibus, chega lá em Ji-Paraná e a gente vê lá todas aquelas maravilhas, voltamos para casa, cheios de sonhos. E para vocês entenderem melhor, o que a gente vê lá é igual cachorro que vem para a cidade e ver aquela assadeira de frango, fica assim fica agoniado e não consegue pegar nenhum pedaço. Concorde comigo? Porque eu não consegui meu amigo Deputado Ribamar, o senhor que é conhecedor da situação,

por que nós não conseguimos? Porque nós somos escravos de um sistema chamado, infelizmente caímos em uma hora errada, um sistema chamado zoneamento 2.1. Uma área de 183 mil hectares a 70 quilômetros da capital, eu estou lá há 16 anos, eu assentado, como exemplo, eu assentado, mas igual a eu tem trezentos e tantos, eu assentado. E eu não tenho legalidade para produzir um quilo de queijo para vir vender em Porto Velho. Quem vende queijo em Porto Velho, Jaru, Ariquemes, Vilhena lá, 700 quilômetros, tem documento para vender o queijo em Porto Velho. Não é amigo Bargalo? Eu não posso fazer um tanque de peixe para alimentar a minha família. Onde nós estamos, e nós estamos a 70 quilômetros da capital. Então eu chamo vocês da Sedam, Meio Ambiente, se não tem condições de fazer aqui, se vocês não podem ir lá, se não tem acordo, nós aqui, as cabaiais aqui juntamos um recursozinho lá e montamos, ficamos uma semana lá, nós damos alimentação, damos tudo, vamos andar linha por linha, e ver se é possível continuar com este Paf/Jequitibá, ainda. Porque eu sinceramente, eu estou há 16 anos no projeto, nós somos escravos deste sistema, não tem como. O senhor vê de outra forma, Deputado Ribamar? Nós estamos em pleno século 21. Zoca é mentira o que estou falando? Tem aqui o nosso amigo Paulo, aqui. Tem que agradecer, lógico que o Governador tem que se sensibilizar com a situação de tanto que a gente pediu aqui, Paulo, pedi, pedi, pedi, pedi que quer geração de renda. Nosso Governador levou para nós lá uma micro indústria de queijo, um laticínio pequeno lá, que precisa hoje de 5.000 litros diários para se movimentar para pagar funcionários, movimentar. Sabe o que foi que aconteceu amigo da Sedam? Fechou. Por quê? Porque eu Valdir, Baltazar, João Maria as cabaiais que estão ali não estão conseguindo financiar uma vaquinha de leite para alimentar a agroindústria do senhor Paulo. Então o senhor Governador fez a sua vontade foi lá e levou para nós. Está o Paulo hoje com uma conta para pagar e por quê? Porque o sistema chamado zoneamento 2.1 não deu direito em destinar uma vaquinha de leite para suprir o laticínio do Paulo para poder gerar renda. Então, Deputado, o nosso Governador foi sensível conosco. A associação pediu o Deputado Ribamar fez a emenda, fez lá o projeto da ponte está prontinho para fazer. Agora fazer, aí, assim, mas eu vou fazer a ponte para quê? Se o pessoal não pode produzir gado, não pode ter peixe, não pode ter nada, vai ficar uma ponte ali para elefante branco? As pessoas por quê? Aí cansados de esperar nós colocamos a comissão foi a Brasília. Conseguimos a passagem para a barragem, doutor, senhor deputado que até 2014 nós estávamos ilhados, nós morávamos lá com três mil e tantas famílias nós não tínhamos direito nem de ir e vir. Cansamos de esperar, pegamos a associação que tem o documento legal fomos a Brasília, com meia dúzia em Brasília conseguimos a passagem pela barragem, era uma das barreiras que nós tínhamos. E hoje, senhores, vou dizer a vocês aqui, a maior barreira, a barreira que tira o sono do cidadão, que tira a esperança que nós estamos lá há 15, 20 anos. Nosso passado foi um pesadelo. O nosso presente é incerto. Queremos buscar pelo menos o futuro para estas crianças, é um direito nosso. Qual pai de família não quer um futuro para a sua criança? Já que nós estamos ficando velhos e estamos sem futuro? Pelo menos para nossas

crianças. Eu quero falar para você da Sedam, do Incra, aqui, o Doutor Juiz que está conosco aqui, com todo respeito. Vocês que tem a caneta na mão olha estas famílias como se fossem as famílias de vocês, como se fosse um parente de vocês que está lá. Convido o senhor Sales para ir lá conhecer e que se tiver a sua família, dele, lá morando lá, com certeza a Sedam iria pensar de um modelo diferente. Se a Sedam não pode fazer tem muitas leis, então vamos chamar todos, vamos chamar o cara lá de Brasília que defende a lei. O cara do IBAMA Federal para ir uma semana com a gente lá. O que pode fazer com a gente. Olha lá a criança aí. Então eu quero agradecer aqui o nosso Governador pelo apoio que tem dado a gente aí, todos os deputados. Esta Casa de Leis que pode mudar alguma coisa, em nome do Deputado Ribamar, em nome do Deputado Alex Redano. O Deputado Maurão de Carvalho foi lá o deputado, e conheceu a nossa situação, por isso que ele aceitou esta coisa aqui porque ele é convivente com a nossa situação, ele sabe que nós merecemos. Concordam comigo que nós somos escravos do sistema? Então, vamos fazer de tudo, o que depender da associação para mudar este sistema está à disposição.

Gente pela atenção de todos, eu agradeço, estas são as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Componto a Mesa também Sua Excelência o Doutor Shamy Cipriano, Juiz da Justiça Federal da 5ª Vara.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero agradecer a presença da nossa autoridade, o senhor Juiz Federal Dr. Shamy Cipriano, muito obrigado pela presença, temos aqui presentes dois juízes federais, a Assembleia Legislativa fica muito honrado com a presença de Vossas Excelências.

Dando continuidade, vamos ouvir agora o membro da Associação **Agrof-45**, o senhor Pedro Américo, nosso amigo Pedrão. A tribuna fica livre.

O SR. PEDRO AMÉRICO - O meu bom-dia a todos, as autoridades que compõem a Mesa, aos nossos irmãos que nós sabemos da dificuldade e o sacrifício que cada um de vocês fizeram para estar aqui agora, mas essa união que está demonstrada aqui é prova da nossa necessidade, porque só sabe o sapato que aperta quem calça. Apesar de que as autoridades aqui presentes têm o grande conhecimento, mas, muitas vezes, é um conhecimento, às vezes, posso dizer até teórico, mas nós sentimos na pele as dificuldades. O Valdir explanou muito bem, o Zé Carlos explanou muito bem, todos os que aqui passaram, explanaram muito bem, mas quem sente somos nós. Apenas para servir de exemplo aos senhores: esse ano nós perdemos um aviário, e perdemos um projeto de gado de leite, assim como o Baltazar exclamou aqui, por questão de documento, por questão de infraestrutura. Nós fomos assentados para crescer, para fazer aquilo que é necessário, que a terra é um bem comum para fazer produzir, para que o povo possa ter a digna sobrevivência. Mas ultimamente, como bem foi dito nós temos passado por situações extremamente difíceis e, por isso que a nossa união nos fez chegar até aqui. Quero dizer aos senhores, principalmente às autoridades do

Judiciário que, hoje nós temos algumas coisas que têm nos prendido e isso chamamos 'burocracia', nós estamos sendo presos desde 2007, por um TAC que existe lá dentro, que foi assinado e que tem nos feitos como já dito aqui, praticamente escravos. Àquele TAC, não foi assinado, não foi feito com má intenção, foi feito com muito boa intenção, pena que nada do que está nele foi cumprida, nenhuma das autoridades representativas como: o Incra, Sedam, Ibama, Prefeitura e as demais cumpriram aquilo que deveria ter sido cumprido. Então, quando a maré briga com o rochedo quem apanha é o caranguejo, então enquanto isso não teve cumprimento e o TAC permaneceu, o povo sofre e, é por isso, senhores, que nós estamos aqui tentando mostrar para vocês que eu sei que muitos conhecem o Jequitibá como um problema, mas o Jequitibá não é um problema, o Jequitibá tem condições de ser um grande polo, o Paf/Jequitibá tem condição de ajudar no desenvolvimento desse Estado em grande monta, porque esse povo que está aí são todos trabalhadores, todo esse povo que está aí são trabalhadores. Mas esse povo tem sido tratado, os senhores me desculpem, às vezes, até como bandido e nós não somos, nós somos trabalhadores e procuramos os nossos direitos, por isso, que estamos aqui, procurando os nossos direitos, porque se nós quiséssemos a ilegalidade, a ilegalidade nós já teríamos, mas nós não queremos isso, nós queremos os nossos direitos como cidadãos, com direito a educação para os nossos filhos que, até isso nos tem sido negado lá dentro. Por isso, não vou me prolongar muito, porque das dificuldades do Paf/Jequitibá, todos os senhores já sabem ou na teoria ou na prática. Mas quero dizer aos senhores que a solução está nas mãos dos senhores, está na sua mão, senhor 'Juiz' de ajudar esse povo, está na sua mão Brito, porque o senhor é uma das pessoas que mais conhece Jequitibá, eu sei que o senhor é limitado por muitas coisas que a justiça lhe proíbe, eu sei também que o povo da Assembleia, os deputados que tanto já nos ajudaram, também são limitados, mas se vocês se sentarem numa roda com vontade de ajudar, vocês conhecem os caminhos e sabe o que fazer para ajudar o povo, esse povo é trabalhador, esse povo não é bandido, esse povo é herói, porque para estar lá dentro nas condições que esse povo está; só quem tem muita boa vontade de viver com honestidade, porque se assim não fosse, eu tenho certeza, senhores, que o caminho da bandidagem seria muito mais fácil, e não é isso que acontece. Olhem no rosto desse povo, que muitos deles acordaram hoje às 3, 4 horas da manhã para andar 40, até 50 quilômetros para chegar na Vila e pegar o ônibus para chegar até aqui. Mas foi com a união deles que hoje os senhores estão nos ouvindo. Eu sei que as minhas palavras podem ser pesadas para muitos, e aqui eu peço as minhas desculpas aos senhores, às autoridades, que me desculpem, até que me perdoem, mas é que de tanto você levar lambada nas costas, muitas vezes você quer gritar e é isso que nós estamos fazendo hoje. E hoje esse povo pode gritar porque os senhores estão aqui para nos ouvir, muito embora que os senhores, daqui para frente, vejam o PAF Jequitibá com outra visão, mas os senhores saberão que um dia ouviu esse povo gritar. Grita aí povo, que eu quero ouvir! Grita mais forte que eu quero ouvir! Eu quero apresentar para vocês, se

vocês não conhecem, esse é o povo trabalhador e honesto do Paf/Jequitibá!

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, nosso amigo Pedrão, belas palavras. Convidamos, neste momento, o Administrador da Vila de Samuel, senhor João Carlos da Silva. A tribuna está livre, o popular Dantas.

O SR. JOÃO CARLOS DA SILVA – Bom gente, em primeira mão quero agradecer a todos que aqui conseguiram chegar. E em nome desse povo trabalhador que hoje lota o auditório da Assembleia Legislativa, eu quero saudar todos os componentes desta Mesa e em nome deles que eu quero saudar esta Mesa. Senhor, eu quero dirigir diretamente a minha palavra para o senhor Sales. Ele disse aqui que não tem, praticamente com todas as letras e um pinga no 'i', que não muda o Projeto Jequitibá, que não muda a lei do zoneamento. Eu quero falar para ele, 'sim, muda sim, querendo muda, é só querer, porque quando quer acontece'. Porque, senhor Sales, eu moro ali desde 2002, e fui presidente, fui vice-presidente de associação, hoje pego a administração da Vila Nova Samuel e trabalho ali incansavelmente para aquilo ali melhorar. E eu vejo a impertinência do senhor, fazendo de tudo para que aquilo ali piorar e nós não queremos que aquilo ali piore. Porque nós temos um governo que se chama Confúcio Moura, e quero aqui também agradecer o senhor Deputado Alex Redano que é mais um que olhou pela Vila Nova Samuel, como tem o Deputado Ribamar Araújo que está lá, e frequentemente está lá olhando por aquele povo. Senhores juizes, que estão aqui presentes, dois juizes federais; senhores, isso aqui está na mão dos senhores, está na mão da Assembleia Legislativa, está na mão do governo estadual e está na mão do poder federal, que são os senhores juizes. Por que eu falo? Porque acabou o Pedrão falando aqui que tem um TAC a cumprir, mas o TAC também se desmancha ele, é só querer. Olha esse povo! Esse povo aqui que você vendo, não tem um terço do povo que tem na Vila Nova Samuel e no Paf/Jequitibá. Eu falo para os senhores, se os senhores fizessem Audiência Pública lá dentro da Nova Samuel, os senhores vão ver 3 mil pessoas na frente dos senhores. E o senhor sabe o que são 3 mil pessoas? Não são 3 mil pessoas não, são 3 mil trabalhadores que lutam frequentemente para dar o pão de cada dia para seus filhos. Então nós precisamos disso, senhores juizes, precisamos olhar sim, com bons olhos para esse povo. O Paf/Jequitibá e o zoneamento são duas pedras no nosso sapato. Se o Paf/Jequitibá for de terra abaixo e o zoneamento ir de terra abaixo, gente, nós conseguimos andar. Se ele não for para baixo, gente, nós vamos continuar sapateando no mesmo lugar e só daqui 10 anos nós poderemos sair do atoleiro e isso não é viável para nós. Nós viemos para ali para progredir, nós queremos crescer. Tem sim, a Lei da Floresta? Tem. Teremos que cumprir? Teremos, concordo com os senhores. Mas queremos também que seja olhado, temos que ser olhados pela Sedam, porque a Sedam vai lá dentro só para punir, é só para punir. Ela não vai lá dentro caçar alternativa para o produtor. Eles não vão lá dentro caçar alternativa. Eles vão lá para punir e de punição as nossas costas já estão calejadas. Então eu peço, senhor Sales, que olhe mais um pouquinho, seja mais humano para esse povo que o

senhor está vendo aí, seja mais humano que o senhor está lá, o senhor está lá seu Sales é pago com o nosso dinheiro. É isso que eu quero falar para o senhor. Se agregue mais os nossos Deputados, mais os Juizes, e casse uma forma, casse uma forma para que isso aconteça o mais rápido possível, gente, nós não aguentamos mais não, já chega de borrachada, já chega gente, que é isso. Nós aqui, o nosso amigo José Carlos que veio da 40, gente, nós já estamos cansados de reuniões mais reuniões, Audiência mais Audiência, quando não é reunião é audiência e quando não é audiência é BR. Gente, agricultor ele sabe trabalhar, o agricultor ele não sabe fazer Lei, quem faz a Lei são os senhores, quem faz a Lei são os senhores. Mas acham sim na Lei, eu sei que os senhores acham uma forma de que esses produtores continuem produzindo e continuem em cima das suas terras. Isso gente, a Assembleia Legislativa a gente já esteve aqui uma reunião com 22 Deputados. Obrigado Deputado Ribamar de quando o senhor disse que se esse Projeto chegar aqui o senhor é uma das pessoas parceiro nosso de tomar à frente. Isso mostra, mostra para nós que nós estamos tendo representante na Assembleia Legislativa, não só o Deputado, mas como o Deputado Alex Redano também e alguns outros Deputados. Eu estive conversando com o nosso Deputado também o Jean Oliveira e ele se propôs de ajudar, não pôde estar aqui que ele tinha uma agenda fora e também propôs de nos ajudar como vem ajudando, como ele é do Meio Ambiente, da Secretaria do Meio Ambiente ele disse que também vai dar uma força. Gente, eu vou falar para vocês, esse Zoneamento nosso tem que ser mudado, tem que ser mudado, porque nós não aguentamos mais, nós, eles falam, eu vou falar aqui para o senhor Sales, hoje, se o senhor montar uma fiscalização na guarita da Nova Samuel o senhor vai ver quanto de extrativismo vai sair de lá. Vai ser zero, não tem, não tem extrativismo. Agora se o senhor montar uma barreira e falar: vamos computar aqui o que sai de Monte Negro, de dentro da Vila Nova Samuel o Paf/Jequitibá o senhor vai encher a caderneta. Gente, a maioria, a maioria do pessoal que foi passado na peneira pelo Incra e assentado lá dentro hoje se tiver dentro do Paf/Jequitibá 20% desse povo é muito. Por que é que eu vou falar: o Incra fez, está aqui o Brito, hoje é parceiro nosso, não foi ele. Hoje ele responde, mas não foi ele. O Incra fez um Projeto muito bonito, opa, o Paf/Jequitibá foi um Projeto muito bonito, mas no papel, foi o que o Brito acabou de falar, no papel, mas na prática ele nunca saiu. E por quê? Em 2007 quando foi implantado o Projeto Jequitibá já não existia característica para o Projeto Jequitibá, não existia, eles fizeram, eles fizeram o produtor que estava lá dentro engolir de goela abaixo o Paf/Jequitibá, eles botaram um cabresto no produtor e dominaram ele para onde eles queriam. Foi isso que aconteceu. Eu estive em Brasília, eu estive em Brasília quando a gente foi lá veio aquela passagem por cima da Usina e estive ao Incra e lá eu não lembro o senhor que atendeu a gente disse: "mas vocês estão lá desde quando"? Eu falei: "senhor, lá tem gente há 20 anos". Ele falou: "quem está lá o direito tem que ser preservado, o direito tem que ser respeitado". E não foi respeitado esse direito. Não foi respeitado, até agora não. Então, tem que ser respeitado, esse direito tem que ser revisto Brito, eu sei que você é um parceiro, você acabou de falar Brito que uma canetada

sua você resolveria o Paf/Jequitibá, mas só que você também tem punição. Eu quero até falar com você aqui, numa brincadeirinha: “passa a caneta no Jequitibá e corre para Linha 45 que nós vamos esconder você lá”. Oh! Brito. Sinceramente Brito, eu sei que você é parceiro, agora temos aqui o Deputado Alex Redano, temos o Deputado Ribamar como toda vida a gente contou com ele. Outra coisa que eu quero falar para vocês sobre a linha de crédito se esse Zoneamento, esse Paf/Jequitibá não for mudado por um PA, um Projeto Tradicional, eu não estou falando aqui que o Projeto vai cair em si, mas não. Tem jeito de modificar o Paf? Tem. Vamos para um Projeto tradicional aonde lá possamos criar o gado leiteiro. O gado leiteiro também é gado de subsistência. Hoje, nós temos em média, em média 14 tanques de leite, resfriamento de leite lá, nós temos. Tem proprietário lá Deputado que tira 4, 5, 6 mil reais de leite por mês. Então, se nós conseguirmos mudar esse zoneamento e temos acesso à linha de crédito senhor, eu tenho certeza que em breve, em breve nós estamos tirando lá 8, 10, 15 mil litros leite/dia e isso são coisas de subsistência, não é qualquer um, qualquer um produtor que tenha uma renda na sua casa trabalhando em cima da sua propriedade de 4, 5, 6 mil reais não, o senhor sabe disso. E se não mudar o projeto, ou zoneamento também tem que cair, e se eles estão trazendo aquelas pessoas de lá para cidade, porque eles vão migrar, eles vão migrar não vão aguentar, porque não tem investimento público, não tem gente lá, o que foi feito lá foi feito com os braços desse pessoal, o que foi feito lá o cara trouxe de fora e lá implantou e está sendo massacrado. Então, gente se mudar esse zoneamento, mudar o projeto do Jequitibá, nós temos um acesso à linha de crédito, nós temos acesso ao nosso título definitivo e quem tiver o seu nome limpo, vai no banco e financia 100 mil, 10 mil, 20 mil, 30 mil e compra o seu gadinho de leite. O gado de leite é bom de subsistência, eu já falei isso os senhores sabem. Hoje, Jarú, Ouro Preto, Ariquemes, São Miguel do Guaporé, da região de onde eu vim, sobrevive do leite. E o senhor vai naquelas propriedades e cara de caminhoneta nova, casa boa, pastagem boa, gado bom. Porque nós também não podemos ter morando 70 KM longe da capital? Tudo que nós produzimos lá, nós vendemos aqui, mas depende dos senhores, depende dos senhores olhar para nós que moramos lá dentro com bons olhos. Eu conto aqui com toda parceira da Assembleia Legislativa, com todos os Deputados, eu sei que quando este projeto cair aqui nesta Mesa, eu sei que os senhores vão fazer todo um trabalho para que isso aconteça. E a gente, todo, eu e todo esse povo que o senhor está vendo aqui vai ficar gratificante pelo interesse dos senhores e os senhores vão ficar honrados por ter, se não conseguir uma reeleição na próxima, mas os nomes dos senhores vão estar honrados, o senhor falar assim: eu ajudei aquele povo da 45. Era só isso que eu queria falar para vocês. E Deputado Alex, mais um parceiro que eu conto com o senhor. Meu muito obrigado gente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pelas palavras. Agradecer aqui a presença do nosso companheiro Prefeito do Município Candeias do Jamari, o nosso Prefeito Luiz, obrigado pela presença. E anunciar também, está chegando aqui o Deputado Federal Lindomar Garçon, do PRB, muito obri-

gado pela presença. E temos mais, temos mais dois inscritos, só pedir para limitar em 8, 10 minutinhos para todo mundo poder falar. Está aqui inscrito o Presidente da Central das Associações de Porto Velho, o senhor Pedro Bordalo. A tribuna está livre.

O SR. PEDRO BORDALO – Bom dia a todos. Presentes aqui companheiros de luta, meu bom dia. Quero cumprimentar à Mesa em nome do Deputado Ribamar, todas as autoridades presentes; quero cumprimentar meu amigo Brito pelo trabalho à frente do Incra. Quero falar Deputado Alex, o senhor foi feliz convocar esta Audiência Pública, que tenho certeza pessoal do Jequitibá, vocês não estavam sabendo que vocês estavam fora desse estudo do zoneamento. Assim como eu quero também Deputado Alex e Deputado Ribamar, que a Sedam apresente para nossas entidades onde é que está sendo feito essa mudança do zoneamento, onde está sendo esse estudo da mudança do zoneamento. Que nós tínhamos áreas, como a área do Bandeirantes e outras áreas e quem sabe que não está fora também desse levantamento. Nós temos a própria área lá da 45, nós estamos citando aqui a parte do Jequitibá, vocês foram felizes demais de está todo mundo aqui, tenho certeza que se fosse lá dentro teria mais de três mil famílias como o companheiro falou aqui. Então, Deputado Ribamar, há uns anos eu visitei o Jequitibá e não vi aquele jeito como era antigamente; uns três meses eu fui convidado por uma associação para visitar o Projeto Jequitibá, quando eu cheguei lá a mudança, houve uma mudança considerável naquele assentamento. Aquilo ali não é um assentamento florestal mais não, aquele é um assentamento, é um assentamento agrário do Incra como se fosse um PA – Projeto de Assentamento de fato, ali não existe mais nada de Paf/Jequitibá ali não, não existe mais nada ali. Então sinceramente, fiquei impressionado Deputado Ribamar, com o desenvolvimento que teve aquela área ali. Visitei as associações e vi aquilo ali, não se fala mais em madeira, ali fala em café, fala no leite, fala no inhame, na cultura do inhame, falam em diversas coisas e eles querendo produzir, então, eu fico sinceramente meio preocupado se aquela região não tiver dentro da mudança do zoneamento. Eu quero falar para o nosso Secretário Adjunto da Sedam, que parece que para tudo o Sales, é contra na mudança do zoneamento, é contra, eu tenho certeza alguém da Sedam, já foi com vocês fazer proposta para fazer um consócio agroflorestal lá dentro do Jequitibá? Já foi alguém da Sedam, dizer pessoal, vamos fazer recuperação de área degradada assim, assim, assim? Mas já foi multar vocês lá? Então a gente gostaria Sales, que mudasse essa maneira da Sedam, de ser só órgão fiscalizador só de punir, gostaria que a Sedam, que ela estivesse junto com os produtores rurais fazendo projetos de agroflorestal, ensinando a maneira acho que de meter fogo. Mas a Sedam está indo e você Sales, sinceramente, você é um companheiro bom, mas eu acho que a Sedam atrapalha o desenvolvimento produtivo no Estado de Rondônia, da maneira que faz a fiscalização. Nunca vi a Sedam chegar e fazer um projeto, chegar aos assentamentos qualquer lugar que ela faça proposta de fazer junto com a comunidade alguma coisa que venha melhorar o meio ambiente junto com a comunidade, ela não leva nada, nada para as comunidades rurais que seja um projeto

social, projeto de florestamento de fato, os consócios florestais, só leva coisa que é para multar, multar, multar e multar. Sinceramente, tem hora que eu vejo que o Sales, é contra o desenvolvimento do Estado de Rondônia, a posição dele é tão taxativa, não vai mudar como não vai mudar o zoneamento? É o Sérgio que muda o zoneamento do Estado de Rondônia? A gente gostaria Deputado Alex, que fosse enviado para as entidades quais os locais que estão sendo feito esse estudo dessa empresa, gostaria que contasse em ata e queremos saber onde é quem sabe que esse lugar que nós estamos querendo que faça mudança está fora do estudo dessa empresa. Gostaria que constasse em ata, queremos receber, tem que ser público, público onde é que essa empresa está fazendo essa mudança no zoneamento, esses estudos, ninguém sabe. Eu sou militante, inclusive nós tivemos no Grito da Terra dos trabalhadores rurais, nós pedimos por vocês sindicato de Porto Velho, pediu um estudo para o Brito, tenho certeza que o Brito, já vai responder isso que ele falou aqui, nós pedimos um estudo sobre a mudança do Jequitibá, porque não tem como essas famílias ficarem lá dependendo de documentação que não vai sair. Pedimos para o Brito, lembra Brito? Na Audiência no Grito da Terra, nós pedimos por vocês, o Sindicato dos Trabalhadores de Porto Velho, pediu a mudança do Parque Jequitibá, um estudo que o Incra está respondendo para nós. Então, a gente gostaria Deputado Alex, receber em todo o Estado de Rondônia, onde está sendo feito essa mudança, esses estudos, o zoneamento para a gente ficar sabendo, porque ninguém sabe vocês não sabiam Deputado, você foi feliz de ter convocado essa Audiência Pública, ficar sabendo realmente como é que está andando tal zoneamento, essa tal mudança, essa tal aproximação que está sendo feita que isso emperra o trabalho do Incra, a desenvolver todo o trabalho dele no Estado de Rondônia, obrigado pessoal.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Garçon, para também compor a Mesa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de agradecer ao Deputado Federal Lindomar Garçon, que é do meu partido PRB. E por telefone ontem, ele me ligou cancelou a agenda que ele tinha e falou que está à disposição para ajudar também no Paf/Jequitibá, principalmente na atuação política. Então, meu Presidente, Garçon, fique à vontade.

O SR. LINDOMAR GARÇON – A organização gostaria. O nosso Juiz Federal Dr. Dimis, ele quer a minha camisa, então, arruma uma camisa por gentileza aqui. Bom dia a todos, gente desculpa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Garçon, meu Presidente, meu parceiro, meu amigo. Estava relatando que Vossa Excelência me ligou ontem, era mais ou menos uma da manhã, cancelando, cancelando a outra reunião para estar presente aqui e já antecipou que vai nos ajudar. E queria parabenizar o ato dos nossos Juizes Federais, vou até presentear aqui, que estão também vestindo a camisa do Jequitibá, literalmente. Eu

gostaria também de usar a tribuna, mas primeiro vamos ouvir mais um companheiro...

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA - Deputado; peço licença agora para falar. Deputado Lindomar Garçon, mais uma vez está faltando com a verdade. Eu nem pedi a camisa dele, e nem a dela, eu só fiz uma reclamação, porque o senhor ganha uma camisa e eu não ganho igual? Isso que eu falei.

O SR. LINDOMAR GARÇON – O Dr. Dimis fala assim porque eu sou amigo dele. Pessoal, graças a Deus e eu tenho certeza que ele vai em nome dessas pessoas que aqui estão Dr. Dimis vieram de tão longe, nos ajudar nesse pleito tão importante que é mudar essa modalidade que hoje lá no nosso distrito de Nova Samuel, não é Vila, é distrito, ele não cabe mais esse tipo de zoneamento, mais sim de produtores rurais o qual aqui esperam essa decisão.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Vossa Excelência, Lindomar Garçon que não perde a oportunidade, é amigo de toda a Rondônia, eu posso dizer a Vossa Excelência que sou um magistrado que pugna pela imparcialidade e pela manutenção da Justiça acima de tudo. Obrigado deputado seja bem-vindo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meus amigos dando continuidade, convido o último inscrito companheiro membro da Associação AROMAF, representando neste momento o Assentamento Fortaleza, o Sr. Ricardo Francisco Machado, o popular Zangão.

O SR. RICARDO FRANCISCO MACHADO – Quero cumprimentar a todos com um bom dia, a Mesa, dr. Ribamar Araújo, Alex Redano, sobre a nossa questão. A questão foi feita para o extrativismo, mas a região não tem extrativismo produz muito pouco, no pedaço de terra onde o Incra me colocou eu contei 10 pés de castanha, desses 10 pés de castanha só 4 produz, só 4, eu vou viver como? O açaí é um aqui a cada cem metros tem outro, aí depois você passa mais quinhentos metros para achar mais um, não tem condições. A Sedam para liberar um manejo é um sofrimento, é muita burocracia e a gente tem necessidade de fome, nós queremos comer, nós temos que vestir, nós temos as nossas necessidades de comprar o nosso conforto, que o nosso conforto tem que ser comprado; é roupa, é roupa de cama, é tudo. Do extrativismo nós não vamos conseguir, ali não tem condições, onde é que o povo começa a fazer as coisas ilegais. A Sedam não ajuda não é Francisco Sales, ela não ajuda? Não acha meio de ajudar o povo e o povo precisa comer e aí ele acaba fazendo as coisas ilegais. Então passa logo para o PA, ou para o Terra Legal, e deixa esse povo produzir a comida deles, vai ser um desenvolvimento para o Estado, a nossa capital vai ter outra vida, outra comida porque tem muita gente que vai produzir o leite, vão ter o queijo, os derivados do leite, outros vão plantar banana para vir para a cidade. Ali tem só agricultores, não tem extrativismo eu mesmo se for para eu subir num pé de açaí para apanhar um cacho de açaí eu não consigo, eu não sei, conheço o leite, conheço o gado leiteiro, conheço a enxada, isso eu conheço, agora subir num pé de açaí eu não consigo.

Então eu quero ser breve, é só isso que eu quero dizer que mude o zoneamento porque não vai ter condições, por que mudando ou não mudando o povo vai continuar. Por que aquele povo ali quer comer. Então se o Estado quer ganhar que mude o zoneamento, porque se não mudar o povo vai continuar lentamente, mas não vai desistir, mudando vai deslanchar e o Estado deslança junto. É isso, e agradeço pela oportunidade, muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pelas palavras nosso amigo Zangão. Meus amigos vamos ouvir agora eu gostaria de agradecer, não somente nesta Audiência, mas sempre presente e ajudando a população do Estado de Rondônia, a Instituição da Defensoria Pública, nosso muito obrigado. E antes de passar a palavra para a Dra. Alessandra, nossa defensora, registrar aqui a presença do nosso Presidente da Casa, Maurão de Carvalho, o qual cumprimos com uma salva de palmas, recebido aí calorosamente. Meus amigos antes de passar a nossa defensora Dra. Alessandra, eu gostaria deputado Maurão, de chamar Vossa Excelência ao meu lado, fazer um agradecimento público, não tive vaga para Audiência na Assembleia Legislativa, eu já falei isso antes da audiência, mas agora vou repetir e agradecer de público ao deputado Maurão. Quando eu falei que era para discutir a questão do Jequitibá ele de pronto falou 'olha, então a gente vai dar um jeito porque isso aí eu tenho muito interesse, eu quero ajudar aquela população'. Então, Maurão, V.Ex^a chegou na hora certa e nós vamos precisar muito da sua ajuda para poder ajudar a comunidade. Obrigado.

Passo a palavra agora a nossa Defensora Dra. Alessandra, e nosso muito obrigado a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Cerimonial gostaria de explicar que S.Ex^a o Sr. Presidente da Casa declinou a presidência dos trabalhos a V.Ex^a para que dê continuidade a esta Audiência Pública. Aproveitando para agradecer a presença do Exm^o Sr. Vereador Luiz Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Candeias do Jamari e o Exm^o Sr. Vereador Alcemir Almeida da Câmara Municipal de Candeias do Jamari.

A SRA. ALESSANDRA MARTINS MILARÉ – Bom dia a todos. Meu nome é Alessandra Martins Milaré, eu sou Defensora Pública do Estado de Rondônia lotada na cidade de Ariquemes e neste momento eu estou representando a instituição em nome do nosso Defensor Público Geral Dr. Marcos Edson. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente, o convite que esta querida Casa sempre faz para a nossa instituição e nós na medida da nossa possibilidade tentamos prestigiar os trabalhos uma vez que a Defensoria Pública pela sua própria função institucional visa justamente a dar voz as pessoas necessitadas, aos hipossuficientes que sozinhos muitas vezes não conseguem fazer chegar às autoridades o seu pleito. Gostaria aqui de expressar não apenas o agradecimento, mas o nosso total apoio à causa de vocês, ou seja, a questão que aqui está sendo discutida que é justamente a questão do Projeto de Assentamento Florestal – Paf/Jequitibá. Eu cumprimento o Exm^o

Sr. Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa Legislativa; Sr. Deputado Alex Redano, proponente desta Audiência Pública, todos apoiadores da Defensoria; cumprimento também o Exm^o Sr. Lúcio Mosquini, Deputado Federal da Bancada de Rondônia; Sr. Dr. Shamy Cipriano, Juiz da Justiça Federal da 5ª Vara; Sr. Cletho Muniz de Brito, Superintendente do Incra; Sr. Coronel Vilson Sales, Secretário de Estado do Meio Ambiente, e demais autoridades aqui presentes. Gostaria de registrar, portanto, o nosso apoio à causa de vocês e dizer que estamos aqui apoiando os encaminhamentos que se fizerem necessários. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queremos também informar Ex^a que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo através do site da Assembleia, o endereço al.ro.leg.br transmitida ao vivo para todo o mundo, claro, via internet.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meus amigos, tivemos uma inscrição somente agora, mas já está o andamento da Mesa, só que é questão de justiça, as pessoas vieram até aqui a audiência para falar, então vou passar a fala a senhora Presidente da Associação Flor da Castanha, senhora Marli Alves da Silva e já peço desculpa a Mesa.

A SRA. MARLI ALVES DA SILVA – Eu quero dar o meu bom dia a todos os moradores em primeiro lugar porque são sofredores como eu, e quero me dirigir à Mesa e agradecer também a presença de todos aqui, os juizes, os deputados, o nosso representante da Sedam, o nosso amigo Zoca e todos que estão presentes. Eu estou aqui hoje muito lisonjeada com o que está acontecendo porque nós sabemos os nossos direitos e deveres, então nós sabemos que se esse zoneamento não for resolvido este ano nós vamos ter mais 10 anos de sofrimento, meus amigos, e eu como moradora já tenho um gadinho de leite, mesmo sem ter condição de fazer o aumento do zoneamento, mas eu já tenho um gadinho, eu tenho minhas criações e eu sofro muito porque eu sou moradora da LP-50 e todos vocês sabem o sofrimento que nós temos ali, porque nem o apoio de estrada para nós termos direito de ir e vir nós ainda não conseguimos durante estes 12 anos que eu sou moradora de lá. Então eu peço encarecidamente aos nossos deputados que estão aqui hoje, que nos ajude, que nos faça por onde nós venhamos receber esta questão do zoneamento para que a nossa estrada também seja feita da forma que nós estamos necessitando, que os nossos filhos possam ter educação, ter direito de ir e vir e não de sofrimento, como eu vejo os pais de famílias enfrentar, carregar filho em moto, dentro da lama, no buraco, é de animal. Para eu chegar no inverno no meu barraco eu tenho que andar de animal, porque não tenho moto, um carro para se chegar lá. Então vamos reivindicar nossos direitos as nossas obrigações, o que nós temos que fazer como Presidentes agora, para que os nossos deputados possam nos ajudar, possam caminhar lado a lado, e vamos manter união também, gente, que é com a união que nós chegamos onde é para nós chegarmos. Eu agradeço a oportunidade, agradeço todos que estão presentes aqui; agradeço também ao nosso Vereador Luizinho que está ali; o nosso Prefeito

Luiz que eu estive conversando com eles a respeito desta nossa questão. Mas eu creio que daqui para frente, agora, a gente vai caminhar juntos, também. Eu agradeço. Bom dia a todos. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado pelas palavras.

Convidar neste momento o Juiz Federal senhor Doutor Dimis da Costa Braga, Juiz da Justiça Federal da 5ª Vara Ambiental e Agrária.

A pedido, vamos inverter aqui as falas. Convido neste momento o Deputado Federal por Rondônia, PRB, Presidente do meu Partido PRB, meu companheiro Lindomar Garçon.

O SR. LINDOMAR GARÇON – Muito bem. Eu solicitei para eu falar antes do Doutor Dimis porque eu tenho uns pedidos para fazer para ele, aí depois não iriam acontecer esses pedidos.

Gente, bom dia a todos. Eu quero agradecer ao meu amigo Zoca que me ligou esta semana para eu estar aqui; meu amigo Gentil; nosso companheiro Sales; o Deputado Ribamar Araújo, conheço a sua luta, Deputado Ribamar; nosso Juiz Federal, seja bem-vindo; o nosso amigo Alex Redano, Deputado Estadual do nosso Partido; o Presidente Maurão, que foi recebido de pé, viu a responsabilidade não é, Presidente? Pessoal levantou para te receber, pois, sabem da importância sua neste procedimento que vai haver no mês que vem, talvez, que é a alteração do zoneamento; o nosso Juiz Federal Doutor Dimis; o Brito; Alessandra; e todos os presentes; representantes; Prefeito Luiz; Vereador Luizinho; e o vereador Alcemir; e todos os nossos representantes; o senhor Olavo, também; e todos os representantes de Candeias e do Distrito de Nova Samuel.

O que eu tenho a dizer sobre este assunto eu quero direcionar a palavra para o meu amigo Sales. Senhor Sales, serão feitas algumas alterações no plano que está sendo feito pela Sedam pelo Governo, alterações de alguns Zoneamentos levando de 2.2. 2.1 para 1. Justamente é o que dá as condições de trabalho. O Distrito de Nova Samuel, essa sociedade que está assentados lá atrás e aqui na frente, eles foram muitos colocados lá pelo Incra, muitos foram colocados pelo Incra. Depois os parentes chegaram e ocuparam, também, estão lá ganhando o pão de cada dia. Depois neste momento em que foi colocado pelo Incra, aí surgiu a ideia de fazer um Paf lá, mas antes não era Paf, o jogo já estava jogado, o jogo já estava jogado. Lá ninguém entrou lá no Paf, lá entraram lá para produzir. Ninguém vendeu seus bens lá fora, lá no interior do Estado para vir para o Candeias do Jamari para vir para a área para mexer com óleo de Copaíba e nem para mexer com cipó, não. O pessoal quando veio para cá veio para um chamado do próprio Governo Federal para ocupar uma área porque eles estavam sem lugar para colocar as pessoas colocaram lá e chamaram o prefeito, e chamaram o Prefeito Garçon, este que vos fala para abrir a estrada da BR até lá no distrito, onde o Estado através do Governo Bianco me ajudou com os tratores esteiras e fizemos a estrada, da estrada até lá no distrito. Então não tem uma pessoa mais testemunha aqui, senhores juízes federais e Mesa, que saiba desse assunto, ali não era assentamento florestal, nunca foi, o que eu sei que foi, era que tinham pessoas, que eu tenho o direito de preservar os nomes,

uma questão que eu não quero mexer com procedimentos futuro, tinham pessoas de olho na madeira, fazia conta 35 metros cúbicos de madeira por 70 reais o metro, três milhões e tanto. Então, se a gente colocar o povo lá não vamos poder mandar, não vamos ficar rico, fizeram interesse econômico e financeiro, tirando os sonhos das pessoas que aqui estão. Não teve nenhum pensamento de preservação do meio ambiente, o pensamento à época era econômico em cima desses pais de família, e eu como Deputado Federal, que estou lá em Brasília, da Comissão de Fiscalização, Orçamento, Controle, que tem que fiscalizar e acompanhar essa questão eu não vou nem falar. Se for preciso eu vou abrir uma CPI lá em Brasília e convido, mas nós não podemos pagar esse preço, depois não deu certo, porque a serraria tinha que ficar pelo menos 12 quilômetros longe do Paf e ninguém interessou em colocar serraria a 12 quilômetros, porque tinha que passar em cima da balsa e, a balsa só era de um dono e não podia passar em cima da Usina de Samuel, porque os pesos das grandes carreatas abriam as fendas ali que pingava água ali nos aparelhos, não deu certo e o Paf está aí valendo, mas o interesse deles não valeram e nós temos que derrubar esse Paf, que o interesse era outro. Se o espírito que foi criado o Paf fosse um espírito republicano, se o espírito que foi criado esse Paf, fosse o espírito de realmente preservar o meio ambiente, tudo bem, mas à época não foi, à época não foi. Então, é denúncia? Não, estou fazendo denúncia, estou relatando um caso aqui, por isso Presidente Maurão, lá em Brasília quando tem, chegam os projetos que os parlamentares têm interesse em ajudar a sua população, eles colocam uma emenda e aprovam igual foi aprovada agora várias e valem, porque quem manda é esse plenário aqui dentro, é esse plenário. Eu queria pedir para o Sales, para fazer uma coisa que o Governador Confúcio Moura fala direto, senhor Sales, o Governador Confúcio Moura fala assim: “nós não temos condições econômica de tocar o Estado, se o Estado deixar pelo menos o povo trabalhar está bom demais”, assim meu Confúcio fala. Essa frase do Confúcio eu guardei na minha cabeça, o Estado não tem como atender as demandas, mas se o Estado deixar pelo menos o povo quieto; ganhar o seu pão de cada dia, isso já é um grande agrado para a população, assim é o discurso do Governador. Então, Sales, eu gostaria que o senhor mandasse como vai ter outros projetos de zoneamento alterados, que se não tivesse não iam manda para cá, que o senhor mandasse esse também, porque lá, a característica de lá é agricultura familiar, lá é agricultura e o povo do distrito do distrito de Nova Samuel, tem um discurso que só pode desmatar 20% no zoneamento, no código florestal, só pode desmatar 20%, e no zoneamento e 0%, tem que pegar cipó e óleo de copaíba, ninguém vive de cipó é óleo de copaíba, até porque lá tem, se entrar lá na reserva o ICMBio vem em cima da gente. Então, fazer o quê, tem que encontrar uma solução, e a solução é a alteração do código, está na mão de um homem só aqui, na mão do senhor Sales, está na sua mão. A vontade política que todo mundo quer, o Desembargador Dr. Dimis e o nosso Juiz Federal eles estão aqui indeferindo muitos planos de manejo porque dizem que tem que ser plano de manejo coletivo, eles não têm legitimidade na lei, às vezes, para deferir um plano de manejo por individual, porque nós do legislativo não fize-

mos a nossa parte para ajudar o judiciário a tomar suas decisões. Então, mês que vem vai vir para cá, e eu quero dizer para vocês, quando Candeias do Jamari era distrito de Porto Velho, sofrido, e que todos achavam Candeias do Jamari um patinho feio, todo mundo dizia Candeias do Jamari não passava a município, nós fizemos está aqui, nós lotamos esse plenário, eu estava junto e aquele dia o Reditário Cassol fez a lei, àquela época e nós conseguimos sensibilizar os deputados e Candeias do Jamari virou município. Presidente Maurão, o senhor me ligou, disse Garçon o senhor não pode faltar. Gente, se nós temos o apoio do Presidente da Assembleia Legislativa nesse Projeto, então nós estamos feitos, vamos conversar com o Governador. E o mais, finalizo dizendo, irmãos, essa vitória virá, vai chegar, porque eu conheço essa história do começo e esse zoneamento não pode prevalecer e eu tenho certeza que o Sales, ele que é o mais incisivo na questão do meio ambiente, tem que ter os defensores fortes mesmo lá na Sedam, eu tenho certeza que no caso de Candeias do Jamari, Sales, esse caso que o povo foi colocado lá pelo Incra, não para zoneamento, mas para ser produtor rural, quando veio e é muita gente aqui e depois do jogo jogado e virar, virar zoneamento aí não pode, não é? Vamos mudar esse zoneamento. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Federal Lindomar Garçon. Convidamos, neste momento, para uso da tribuna, Excelentíssimo Senhor Doutor Dimis da Costa Braga, Juiz da Justiça Federal, da 5ª Vara Ambiental e Agrária.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Obrigado, senhor Presidente; senhores Presidentes desta Sessão, Deputado Alex Redano; senhor Presidente Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa de Leis, Casa do Povo. Em sua pessoa cumprimento os demais parlamentares da Mesa, com meu cumprimento especial ao Deputado Ribamar Araújo e demais parlamentares municipais de Porto Velho, de Candeias aqui presentes. Quero agradecer as palavras de cada um presidente representante de associações, senhor José Carlos; senhor Pedrão, senhor Pedro da Central de Associações; senhora Marli; senhor Dantas, Administrador da Vila Samuel; e também já falei o Pedrão, o popular Zangão também. Cada um que aqui falou trouxe um pouco mais de conhecimento para minha humilde ignorância a respeito deste caso emblemático que está sob o julgamento meu e do Dr. Shamy Cipriano, que hoje, desde maio é o novo colega que divide a metade comigo, dos processos da 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária. A Ação Civil Pública na qual aconteceu, em 2007, a homologação do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Incra outras entidades e no polo ativo, isto é, como autor da ação, a Procuradoria da República em Rondônia, isto é, o Ministério Público Federal, esta ação está comigo. Na Justiça Federal, a metade dos processos são distribuídos aos juízes federal titular, que no caso sou eu, desde o falecimento do saudoso colega Herculano Martins Nassif, e o Juiz Federal substituto, que aqui é o Dr. Shamy Cipriano que chegou à Mesa. Eu quero agradecer ao Dr. Shamy também, a gentileza de sempre, no dia a dia, da nossa lida no trabalho e nesta data, hoje, em que ele estava com o filho para comprar o presente do aniversário, Dia das Crianças, e

ele abriu mão desse momento de..., pequeno momento, necessário a cada um de nós, de prazer na família para correr aqui, a meu pedido. Porque, ao ver que ele não tinha comparecido ao convite recebido por nós dois, lá na 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária, eu solicitei se ele pudesse, que comparecesse porque tínhamos muita coisa importante a ouvir aqui. Eu, desde que estou aqui escutando a cada um que falou, desde o Deputado Lúcio Mosquini, quando eu cheguei o Deputado Alex Redano estava abrindo a Sessão e passou a palavra ao Deputado Federal Lúcio Mosquini. Eu escutei o Deputado, ali detrás, aguardando a minha chamada para vir compor a Mesa. Entrei aqui pela Presidência e ouvi o Deputado Lúcio Mosquini demonstrar claramente que tem um grande conhecimento da realidade dessa comunidade já. É interesse, lógico, de cada agente político, que exerce o mandato parlamentar, saber e conhecer essas situações pelas quais ele atende o mandato constitucional de cumprir o seu dever parlamentar ao mesmo tempo agrega credibilidade junto à população para angariar votos para a próxima legislatura. Então, não tenho dúvida de que cada membro do Parlamento vai dizer exatamente o que os senhores querem ouvir. Até porque eu não sei de nenhum que esteja querendo prestar concurso para Juiz Federal. Queria pedir desculpa aqui ao Deputado Lindomar Barbosa Alves, vulgo Lindomar Garçon, porque eu fiz uma brincadeira com ele. Eu disse: “o Deputado mais uma vez falta com a verdade”. É evidente que era uma brincadeira Deputado, e o senhor sabe que o senhor diz: o Dr. Dimis é meu amigo. No fundo ele estava querendo era me..., que eu fiz uma pequena..., com ele, mas, é do espírito do Deputado esse espírito livre e brincalhão e do meu também, quem me conhece sabe que por trás dessa toga, da toga que eu visto nas Audiências com a qual as pessoas precisam entender que a toga é um sinal da seriedade e da imparcialidade do Juiz, da diferença daquele que a ostenta no plano de uma Audiência Judicial, mas aqui atrás existe um ser humano buscando sempre e mais conhecer a realidade social humana e a realidade ambiental e agrária já que, na qualidade de Juiz Federal desta Vara a nossa responsabilidade minha e do Dr. Shamy é imensa no analisar, cada caso concreto que passa sobre a nossa mesa ou na sala de audiências e que também trespassa, às vezes, o plano individual como é o caso de cada um de vocês que aqui está, onde há uma Ação Civil Pública em que houve uma coisa julgada delimitando o âmbito da atuação da Administração Pública, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e de todos, dali para frente a partir daquela homologação. Olha o pouso que recai em nossos ombros. Existe uma coisa julgada que diz: “esta área é destinada a preservação ambiental”. Porque já havia uma Lei aprovada pelos senhores, os Deputados Estaduais que aprovaram a Lei Complementar nº 233 e que já foi modificada em alguns pontos, ela é fruto dos eleitos ou pelos senhores e pelas senhoras para emitir a Legislação. Então, não é com intolerância, não é com arrogância, não é com gritaria, não é com ruído, em outras palavras que nós vamos encontrar a solução para essa questão delicada. Há dois anos e mais alguns meses, em maio de 2015, daqui desta Tribuna onde eu me encontro ecoou a potente e a calibrada voz do Juiz Federal Herculano Martins Nacif, que partiu para outro plano e faz muita falta ao povo rondoniense um homem conhecedor da realidade

de social, econômica, ambiental, agrária desse Estado. Desde então, eu me vi na urgência de assumir o espólio jurídico, judicial daquele magistrado, essa voz ecoou para me homenagear quando recebi nesta Casa, o Título de Cidadão Rondoniense, sendo morador de Rondônia, apenas dois anos por proposição do Presidente desta Casa. De lá para cá, uma das causas que levei ao meu conhecimento público, conhecimento público no meu nome que foi a questão relativa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e outra relativa também à comunidade Dilma Rousseff onde eu busquei a realização de um acordo que possibilitasse ampla solução do problema e ainda assim a realização daquela Estação de Tratamento de Esgoto e a garantia de moradia para aquela comunidade, em outra situação. Todas essas questões eu busco resolver olhando o plano coletivo e olhando o plano individual e porque lembrei do amigo Herculano, porque ele Magistrado de coragem que era concedeu algumas Medidas Liminares assegurando exploração individual nessa área, o que viabilizou o desenvolvimento de alguns Projetos de Manejo Florestal mediante Ordem Judicial como foi aqui registrado pelo Secretário da Sedam, não é mesmo? Eu ouvi também cada um que aqui falou e nesse ambiente hoje, o Secretário da Sedam é a voz minoritária, os demais são a voz majoritária, lá fora no Congresso Nacional num plano amplo sem olhar o caso concreto do Paf/Jequitibá, sem olhar o PAS Anapu, lá no Extremo Norte do Pará, fronteira com o Amapá, a voz majoritária é a preservação ambiental e que ousa abrir a boca e falar contra essa preservação hoje, corre o risco de ser apedrejado. Hoje nós vivemos uma realidade sociopolítica, onde qualquer um que levanta a voz contra, por exemplo, a ideologia de gênero, corre o risco de ser apedrejado; não, você é contra os homossexuais. Não, você é contra as mulheres. Não, você é contra isso, contra aquilo e hoje mais do que nunca a sociedade precisa de vozes minoritárias. Então, eu estou aqui também para homenagear a voz minoritária daquele que disse aqui: não vai mudar. Não foi isso que ele falou. Esse rezonamento não vai acontecer. Está cumprindo o papel dele que é como Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental buscar garantia do desenvolvimento ambiental. Desde que assumir, vamos voltar um pouco mais atrás. Desde os anos antes de eu para aqui vir trabalhar em Rondônia em 2013, 2011, o amigo Herculano me convida para eu vir fazer uma palestra no seminário anual que acontecia pela Justiça Federal, o SEJAO, Seminário Jurídico da Amazônia Ocidental, e eu vim falar aqui sobre meio ambiente. Naquela época, eu não compreendia o amigo Herculano, porque eu era titular de uma Vara Federal e Agrária no Amazonas e eu tinha uma visão do meio ambiente praticamente "ita" e o colega Herculano tinha uma visão humanista, antropomórfica que leva em consideração o antropo, antropo dizer: homem, ser humano. Então, é uma visão antropológica do meio ambiente. Tendo no centro da defesa do meio ambiente, a manutenção da vida humana. A manutenção da vida humana, não necessariamente demanda a destruição do meio ambiente. A criação de um Projeto de Assentamento Sustentável Florestal, o Paf/Jequitibá, no caso concreto. Mas, a criação de um, qualquer um, ele demanda o assentamento de pessoas originárias da vivência socioeconômica amazônica, exclusivamente que vivam na sua essência, na sua origem antropológica do extrativismo e bus-

cam a sua sobrevivência através da coleta de produtos amazônicos florestais, amazônicos ou não, uma região pode ser amazônica, outra pode ser serrado, você pode catar pequi, você pode catar palha para fazer tipiti, açai, etc. Tipiti sem farinha, não adianta de nada; porque sem você plantar mandioca não adianta fazer o tipiti para espremer a massa para fazer a farinha e o tucupi daquele líquido, que o subproduto da produção da mandioca. Então, até por aí você imagina, para quer extrair palha se não tem nada para fazer com ela. Em outras palavras, era fundamental que o assentamento das pessoas numa determinada área criada para ser um Projeto de Assentamento Florestal Sustentável, que essas pessoas estivessem em origem nessa zona e nessa prática de vida extrativista. A informação que eu recebo do Incra, é que não foi o que aconteceu por parte da Superintendência Regional do Incra na época do assentamento na zona do Jequitibá. Então, isso é possível que tenha acontecido? É possível, é bem provável, afinal de contas, a maioria das pessoas que procuram Rondônia, não procuram com esta finalidade. Procuram Rondônia, porque Rondônia se tornou, na região centro-sul, uma zona de reforma agrária nos moldes tradicionais com a criação de módulos de 100, 200 e 500 hectares, aproximadamente e com uma produção típica agropastoril. Então, quem procura Rondônia para se assentar, através da Superintendência do Incra de Rondônia, normalmente não está buscando a finalidade da extração florestal, da exploração extrativa. Então, esse é o indício para nós. É uma prova? Não, somente a busca de instrumentos que estão previstos na legislação processual permitiria que nós tivéssemos a resposta definitiva sobre isso, que são entrevistas, são audiências, são inspeções judiciais e estudos por parte de antropólogos que se chama laudo antropológico. Um laudo antropológico mostraria a origem das pessoas, elas são descendentes de Mineiros, de Baianos, de Paranaenses como é mais na região mais ao Sul de Rondônia, a maioria é Paranaense, Gaúcho, Catarinense, descendentes de italianos e de Alemães. Essas pessoas não costumam ter a prática de catar drogas do sertão como se dizia, nós aprendemos no primário que o nome disso era Drogas do Sertão, é a extração florestal. Então, ouvi a cada um, ouvi a Sedam, ouvi o senhor Francisco Sales; ouvi o Superintendente do Incra, que foi uma das mais belas falas, porque tem muita experiência e conhecimento o Brito, a respeito dessa realidade relativa à Rondônia. E alguém daqui perguntou: o que seria de Rondônia; acho que foi o senhor Deputado, se não fossem os projetos de assentamento rural do Incra que tornaram esse Estado, um dos maiores produtores de gado leiteiro e de gado de corte do País? Eu respondo, eu respondo para o senhor: o Incra do Dr. Cury, do Capitão Silvio e do Teixeira, foi que viabilizaram Rondônia, de se tornar o que é hoje, um grande Estado em pleno desenvolvimento e com uma estrutura econômica financeira que resiste a crise a que nós estamos vivendo. Bem aqui do ladinho, nós temos o maior Estado da Federação, meu Estado de nascimento, eu sou de Lábrea, o Amazonas, onde os municípios cada vez mais diminuem a população da zona rural, eles chamam de zona rural, mas não é rural, é zona florestal mesmo. Quando eu era criança, o pessoal dizia o endereço assim, depois da terceira curva do rio, na margem direita, na margem esquerda, é des-

se jeito no Amazonas, e é importante a preservação do meio ambiente? Eu não tenho a menor dúvida que é importantíssima à preservação do meio ambiente, mas nós precisamos solucionar os dilemas que existem, a aplicação da legislação ambiental pura e simples de forma intolerante, ela pode gerar graves injustiças, que nós estamos vendo neste caso concreto. Eu sei que cada um aqui já está na hora do almoço querendo sair, mas peço paciência para que eu possa concluir a minha fala, porque eu quero fazer uma proposta para a solução deste imbróglcio que possa tornar viável, primeiro a compreensão de toda essa situação, não há nenhuma garantia por parte de um juiz que é obrigado a proferir a decisão judicial final justa, não há nenhuma garantia de satisfazer ambas as partes, a não ser que cada parte ceda um pouco daquilo que está buscando para a realização de um acordo. O que nós tivemos no caso da ação civil pública que hoje está sobre a minha mesa? Porque ontem mesmo, eu despachei, e ela ficou sobre a minha mesa à noite, eu despachei ontem à noite, determinando que o Incra, apresentasse, que já correu o novo prazo que eu havia concedido para que ele apresentasse quais as soluções para o impasse relativo ao Paf/Jequitibá. No entanto, está lá o despacho, mas que eu sei que é mais um despacho para não solucionar a questão, é preciso que haja boa vontade de todos os envolvidos para poder solucionar essa questão. Nós temos de um lado a Constituição que assegura a coisa julgada e temos a coisa julgada através de um acordo feito entre o autor da ação que é o Ministério Público Federal, do outro lado o Incra, e as outras entidades envolvidas naquela ação civil pública. Mas os dois lados são o Incra e MPF, e porque, eu perguntei aqui ao Brito, que é servidor antigo, porque aconteceu essa ação civil pública? Ele disse que precisava fazer uma pesquisa para buscar os fatos originais, mas creio eu que havia já uma pressão para ocupação dessa área com finalidade agropastoril e por ela está enquadrada na zona 2.1 com finalidade de preservação ecológica exclusivamente o Incra procurou, sendo o titular, o Incra é o dono, procurou encontrar uma solução intermediária; preciso assentar, não posso explorar. Assento, porém, as pessoas terão moradia, mas não meio de vida do modo tradicional como elas estão acostumadas, ou terão que ser pessoas como eu disse no início, originária da floresta amazônica sem ter um título de terra lá no meio da mata para vir aqui coletar, como disse o deputado, todos que falaram açaí, óleo de copaíba, de andiroba, as drogas do sertão como se dizia no início da colonização do Brasil, é isso. Eu acho que foi isso que aconteceu por que eu cheguei aqui em 2013, eu nem tinha ligação com esse problema, quem tinha era o Herculano, que naquela calma dele, ele ia resolvendo os casos individuais. Eu sempre soube quando lá cheguei que solucionar cada caso individual não seria a solução coletiva e definitiva do problema, era mais um joga para a frente o problema, porque a medida que você vai resolvendo um caso, outro caso, outro caso, também vão aparecendo os aproveitadores que vendem planos de manejo que só querem ganhar dinheiro, vão lá dentro só buscar dinheiro, e ainda funda, ainda cria associação para enganar as pessoas, as pessoas de boa-fé muitas vezes. Então isso não é, é preciso que aja uma solução única para esse problema. Quando recebi o Dr. Shamyl lá na 5ª Vara ouvi dele a mesma coisa; Dr. Dimis como

é que nós vamos solucionar isso de maneira individual? Cada caso sem saber muitas vezes se quem entrou com a ação está encima da terra? Por que muitos que entraram com a ação entraram através aí de um falso documento procurando se aproveitar sempre, mas é a norma do sistema econômico capitalista ganhar dinheiro. Então eu critico? Critico a má-fé, não o sistema, eu sei que o sistema é esse, não é? Então nós temos aí envolvidos um aspecto fortíssimo de direitos humanos. E a pergunta que Vossa Excelência fez deputado, Rondônia seria o que era, uma estrada de ferro que é a marca fundamental na nossa história, que está no sentimento de cada rondoniense que nasceu aqui e também dos que aqui chegaram e que hoje também morrem à míngua no abandono, na falta de efetivo investimento do Governo Federal e um grande vazio amazônico o que Rondônia significou até que houvessem esses projetos que em poucos anos, em 20, 25 anos transformaram Rondônia nesse gigante que ainda continua crescendo. Queira Deus que ele não pare de crescer, mas era uma passagem para o Acre que era um Estado em desenvolvimento na época, e já de algum tempo para cá, Rondônia se tornou mais importante e muito maior que o Acre. Então eu quero crer que há necessidade de identificar quem são as pessoas que estão de fato ocupando esta área e que pretendem as suas terras. Há necessidade, portanto, penso eu que o Incra faça um amplo e completo levantamento da situação atual. Como disse aqui o Dr. Brito, o Incra nunca passou por tantas dificuldades quanto passa hoje, então penso eu que deve haver dificuldades orçamentárias também, por que é a tônica no campo federal hoje no Brasil; a ausência de dotação orçamentária para projetos e para realização de situações necessárias. Ainda mais num caso que tem uma coisa julgada, isto é, o Poder Executivo não pode tomar a iniciativa de tomar nenhuma medida. O Poder Executivo estadual também se vê tolhido de encaminhar um pedido para que a empresa contratada para fazer o trabalho de levantamento para eventual modificação das áreas caracterizadas como zona 1,2 como é que o Estado pode pegar uma área que tem uma coisa julgada? Já tinha lei, com a base na lei o MPF entrou com a ação, no bojo da ação foi sentenciado o acordo; só pode assentar nessa área com a finalidade de assentamento florestal. Essa situação transitou em julgado, esse julgamento se deu em 2007, não vai aqui nenhum juízo de valor ao juiz federal que homologou o acordo. Ele cumpriu o que era a sua obrigação, havia uma lei complementar estadual, não houve modificação dela antes para dizer que essa zona era com finalidade agropastoril. Então só cabia a ele as duas partes queriam fazer acordo, o que não sabia era que depois o Incra assentar lá exatamente as pessoas que o estavam pressionando para criar um projeto de assentamento agropastoril, vocês compreendem isso claramente? Todo mundo está entendendo? Então nós estamos diante de um impasse, um impasse onde o Poder Executivo Estadual, não culpem o Governador Confúcio Moura, ele está impedido, não culpem a Sedam, ela está impedida, existe uma coisa julgada, não nos culpem também, por favor. A minha ideia é realizar uma audiência pública, esta partiu de parte do Poder Legislativo, da sensibilidade dos nossos representantes na Assembleia Legislativa, ótimo, agradeço ao Deputado Maurão de Carvalho que admitiu, agradeço ao Deputado Alex Redano

que aqui nos convocou, nos convidou e nós podemos aqui estar expondo a vocês todo o problema que nós temos diariamente diante das nossas mãos, feita essa audiência pública com a presença do Ministério Público Federal que não estava obrigado a aqui comparecer naturalmente, mas no bojo de uma ação civil pública que ele próprio propôs e que tem o impasse ele vai ter que comparecer, não é? Sob pena de não participar do procedimento e dos acordos que poderão ter, no bojo dessa ação civil pública pode nascer uma compreensão por parte do Procurador da República que ela assumir a partir de ter a possibilidade de ouvir como aqui ouvimos pacientemente cada um dos que usaram esta tribuna para expor a sua situação. Os processos individuais não poderão ser julgados enquanto não houver uma solução nessa ação civil pública. Uma vez viabilizada a rediscussão do que está transitado em julgado, porque é um acordo, pode surgir novo acordo, um novo acordo poderia dali surgir viabilizando a realização de um laudo antropológico que poderia ser até por amostragem, a gente não precisa analisar três mil famílias, mas pelo menos uma amostragem de um percentual das famílias assentadas nos lotes relativos aos títulos de domínio concedidos, domínio resolúvel, diga-se de passagem, se não cumprir as regras do título contido do contrato, que é um contrato, é um contrato não é título de domínio, mas um contrato através do qual se obtém cumpridas as regras e o tempo exigido no Estatuto da Terra o título de domínio definitivo. Título de domínio quer dizer o título definitivo de propriedade. Ninguém tem esse título, tem, os que ali foram assentados detêm um contrato resolúvel, isto é, quando se diz resolúvel quer dizer que você pode perder, você não cumprindo as regras você perde as condições daquele contrato e só resta sair e deixar a terra. Então um laudo antropológico poderia nos trazer realmente a essência da natureza dessas pessoas, se houve um erro no assentamento das 591 famílias colocadas ali pelo Incra, e eu tenho absoluta certeza que muitas dessas 591 que assinaram esse contrato com o Incra lá já não estão mais, assim como ocorreu suas causas que tramitam na minha unidade judiciária onde grande quantidade de pessoas comprando lotes com base nesses contratos do Incra, até de regiões mesmo agropastoris, de projetos de assentamentos agropastoris, tantas e tantas pessoas se julgam no direito através da aquisição do título desse e é absolutamente legal, esses títulos não são vendáveis, eles não podem ser vendidos, a lei proíbe terminantemente. É gravíssima a situação. Quem busca ser assentado a finalidade é lá ficar e trabalhar, e produzir, e gerar emprego, renda, riqueza, melhoria de vida para si, para a população dos arredores e a população urbana. Penso eu, é o que cada uma das senhoras e dos senhores aqui desejam. Uma vez realizado esse laudo antropológico, antes dele até, uma inspeção judicial na área com a presença do juiz e das partes poderia gerar um conhecimento mais sólido, porque penso eu que juiz nenhum pode julgar as causas que estão submetidas a ele sem o conhecimento concreto do drama humano que está aceso por detrás dessas páginas do processo que hoje nem são mais páginas de papel, o processo hoje é um código dentro de um computador, são páginas de bytes. O que quero dizer com tudo isso? Que existe a possibilidade, mas que demanda muito esforço, trabalho, compreensão mútua e tolerância, não é? Evitando-se o máximo

possível os, como disse aqui o Dr. Brito, os picaretas que buscam ganhar vantagem em cima de pessoas ingênuas. Quero dizer às senhoras e aos senhores que mais uma vez homenageando o grande amigo Herculano, que ao chegar em Rondônia e conhecer a realidade que ele lidava, diariamente, mudei muito, mudei muito a minha visão socioambiental da questão do Meio Ambiente, embora como Juiz Federal que tem por obrigação fazer cumprir a legislação ambiental de proteção ao meio ambiente Dr. Sales. Essa realidade humana, ela precisa ser vista por cada uma das pessoas que estão nos gabinetes refrigerados de Brasília a definir, muitas vezes, os destinos da nossa população. O destino de cada um de vocês está muitas vezes preso a um agente que, ou não conhece, ou não quer conhecer essa realidade. Eu quero conhecer, eu faço questão absoluta de ir até o Paf/Jequitibá e se possível havendo um espaço como esse, realizar essa Audiência Pública, que é meu desejo nesta Ação Civil Pública para viabilizar o conhecimento, e vou garantir, repito, não se pode quando se tem a obrigação de proferir uma decisão judicial, garantir previamente o direito de A ou B, a solução para um lado ou para o outro. Mas para que a solução seja realmente justa e para que ela saia, para que ela surja, é preciso que haja muita boa vontade e é preciso que se conheça a realidade dos fatos. É isso que eu me proponho e sugiro como solução caso haja, caso haja essa possibilidade então poderia surgir uma esperança de que vindo um entendimento, tendo havido o entendimento e não havendo nulidade sobre ele, tendo havido uma sentença e não tem nulidade nenhuma, não tem nada de ilegal na sentença. Quem errou foi o Incra ao assentar pessoas com outra vocação que não aquela para o qual o PAF foi criado. Quem errou foi o Incra, a decisão judicial é legal e é correta. Estava observando a Lei Federal e a Lei Complementar Estadual no que fixava esta área como 2.1, isto é finalidade de preservação definitiva. Então vindo aí uma possibilidade de um entendimento para desfazer uma conjugada anterior, então, haveria uma esperança de possível revisão da destinação da área do zoneamento e acordos nos processos individuais que definissem a possibilidade da exploração individual.

Senhor Presidente, quero agradecer mais uma vez ao convite para aqui falar. Digo que falo aqui com, é difícil, muito difícil para nós juizes falar, às vezes é preciso ter 20 anos de magistratura como eu para poder assomar uma Tribuna de Assembleia e falar, não é fácil. Então não posso dizer que falo em nome do Doutor Shamy, afinal de contas ele é um Juiz com a sua sentença, com a sua cabeça, com as suas conclusões, com os seus pensamentos, com a sua justiça. Mas asseguro a vocês que é um magistrado que é extremamente jovem, porém, de um equilíbrio muito grande, tenho certeza que ele também, nos processos que estão sobre as mãos dele para julgar, não fará qualquer injustiça e buscará a efetiva aplicação da Lei e da justiça no caso deste processo. Sei que não falo, por isso repito: não estou aqui falando em nome de nós dois. Se o Doutor Shamy quiser usar a palavra, também, ele pode ficar à vontade. Mas este é o pensamento que vige na Vara Ambiental, a realização da preservação do Meio Ambiente, com a realização. Afinal de contas a nossa Vara não é só ambiental, ela é ambiental e agrária, a 5ª Vara Federal. De forma que ela tem que solucionar também os conflitos agrá-

os, mormente quando eles entram em confronto com a preservação do Meio Ambiente. Muito obrigado, senhor Presidente. Agradeço a todos. Obrigado, até logo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado. Aplaudido de pé o nosso Juiz Dimis.

Peço ao nosso Deputado Ribamar que assuma a Presidência para que...Antes, porém, gostaria de dar um aparte ao Brito para fazer uma colocação. Brito à vontade.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO - Em primeiro lugar, eu quero, nós estamos numa Audiência Pública onde tem debates, tem o debate tanto do público como das autoridades que estão aqui para debater um assunto de muita importância. Eu emocionado que estou em função da gravidade dos fatos, eu quero agradecer as palavras desse ilustre magistrado que mostrou aqui, primeiro, serenidade, competência e mostrou que tem uma visão macro do problema, e mostrou como juiz que é que ele tem condição de viabilizar essa possibilidade de colocar todos os atores que são necessários para a resolução de um problema que está na nossa mão. Eu quero dizer que quando Vossa Excelência colocou que precisa desse levantamento, eu quero dizer primeiramente o seguinte: nós não estamos tratando aqui com pessoas que ocuparam uma terra de forma espontânea como são outras unidades de conservação que estão ocupadas e antropizadas no Estado de Rondônia, citando, por exemplo, a Resex de Jaci-Paraná que está ocupada desde o ano 2.000, e a falta de presença do Estado naquela época se tivessem tirado as primeiras pessoas que entrou lá ela não estava antropizada hoje. Então, a falta da presença do Estado causou todo esse problema em Rondônia, várias unidades de conservação são antropizadas hoje sem solução. Mas tem solução sim, por que há poucos anos, nós tínhamos uma Unidade Federal, Floresta Nacional do Bom Futuro, que ali só pode entrar para fazer o quê? Pesquisa científica, dentro da nossa composição do nosso zoneamento, mas por questão de interesse público das pessoas que ocuparam àquela Unidade Federal que é a Floresta Nacional do Bom Futuro, o Governo Federal em conjunto com o Governo do Estado achou uma solução de quê? De 140 mil hectares de terra criaram uma APA, para legalizar e regularizar quem ocupava aquela área, nós estamos tratando aqui hoje de pessoas que foram assentadas pelo poder público, eles não estão lá porque foram, que chegou lá agora e nós estamos tentando reverter com a questão do zoneamento, não! O Incra os colocou lá e que nós achamos uma solução. E aqui excelência buscando estar presente com a finalidade de acharmos solução, Deputado Alex Redano, já ia propor o que o senhor acabou de propor, que é a audiência entre pessoas para achar solução. E aqui eu já estou me colocando como eu sei que isso aqui está gravado tanto nos anais desta Casa, como muita gente gravando, eu já estou colocando aqui à disposição se o senhor quiser a partir de segunda-feira agora, eu já coloco a equipe de campo para a gente levantar todo mundo que está lá dentro para saber quem é quem. Isso aí para mim, oh! E tem um detalhe, nós já temos a metade do levantamento pronto, tem dinheiro? Talvez não, mas eu vou buscar. Eu quero me comprometer com Vossa Excelência, porque eu estou preocupado, sabe porque eu vim

aqui falar isso, porque hoje é exatamente dia 06 de outubro, dia 06 de novembro um mês, dia 06 de dezembro dois meses e acabou o ano, depois tem férias, tem tudo e nós sabemos que tem um prazo até 31 de dezembro para concluir o trabalho da Sedam. Então, de repente, esse levantamento com essa determinação vem de encontro para apresentar como parte da solução para o grupo de trabalho ou para mesmo a Sedam, mostrando a realidade de campo, 'olha, aqui não tem extrativista, aqui tem agricultor'. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Peço ao Deputado Ribamar assumir para que eu faça uso da tribuna.

(Às 12 horas e 45 minutos o senhor Alex Redano, passa a Presidência ao senhor Ribamar Araújo).

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente Ribamar, público presente, mais uma vez muito obrigado pela presença de todos vocês, eu gostaria de ressaltar duas ausências: a do Ministério Público Federal, uma ausência sentida nessa Audiência que seria de suma importância a presença, e também a ausência da empresa que está fazendo esse levantamento, seria imprescindível a presença da empresa. E também, agradecer as pessoas que realmente participaram comigo das visitas na Sedam, das visitas no Incra e que nós despertamos. Se nós não marcássemos essa Audiência agora, poderia ser tarde demais, porque a empresa tem até o dia 31 de dezembro para entregar, aliás, dia 31 encerram os trabalhos, provavelmente 30 dias ou 40 dias esse estudo chega à Assembleia. E nós temos a oportunidade de mudar muitas coisas. Eu fiquei muito feliz com a fala do Dr. Dimis, eu ia propor fazer a mesma proposta. Uma alternativa, viu Sales? Desarmarmos, sentarmos todos à mesa e encontrar uma solução. Porque não é justo, não é digno as pessoas estarem lá, foram assentadas e hoje essas mesmas pessoas estão sendo impedidas de trabalhar. Estão sendo impedidas de regularizar as suas terras, e hoje não tem mais assentamento florestal. Se nós conseguirmos, através desta Audiência, através das autoridades, mudar a questão florestal, já será um grande ganho, será agropastoril. Já será um grande ganho. Agora, o maior ganho, a maior justiça é uma área que já está antropizada, já não está mais a floresta, já tem pasto, já tem agricultura, essa área sair do 2.1 para o 1.1, 1.0. Isso sim é fazer justiça. Eu penso, Presidente Maurão, e eu conheço o seu pensamento; Deputado Federal Garçon, que está nessa luta, demais autoridades, Deputado Ribamar, um ferrenho defensor do Jequitibá, é quando esse Projeto chegar aqui na Assembleia, nós nos unirmos e mudarmos essa lei para 1.1 para podermos mudar a realidade do Jequitibá e de outros, de outras áreas também que não tem mais floresta. Outra coisa existe, como o Dimis falou, eu apinho muito, eu tenho fama de ser defensor de madeireiro, que sou contra o meio ambiente. E lá para fora, em Rondônia não, mas para fora é ao contrário, a voz da minoria é quem defende madeireiro, defende o produtor. Mas essas pessoas aqui é que estão sustentando a nossa economia. Se Rondônia hoje não está no vermelho, está no azul, nós temos que agradecer a todos os produtores, que é o que está levantando e segurando o nosso Estado. E existe uma política do oba-oba ambiental.

Têm muitos ambientalistas que estão aí que é só para inglês ver. Têm muitas ONGs, milhares de ONGs que defendem a Amazônia, que não entendem nada de Amazônia e vem muito dinheiro. Existe uma política internacional de países que já desmataram tudo que tinha que desmatar e querem conservar aqui. Existe uma política que a Amazônia é o pulmão do mundo, que já foi comprovado que isso é balela. Então, nós precisamos saber a realidade do dia a dia das pessoas. Como que vai preservar uma área que já é pasto? O que tem que ser feito é regularizar essa área. Eu gostaria de enaltecer a presença de todos os presentes aqui, mas a fala do Dr. Dimis, nosso outro Juiz também federal, o quão humano vocês estão sendo. Sempre que nós imaginamos os nossos magistrados, até um preconceito, nós imaginamos aquela pessoa sisuda, séria, só no ar-condicionado. E essa proposta vem ao encontro do que a população quer. Só para tirar algumas dúvidas, essa nova audiência seria no fórum, na Justiça Federal, seria na Vila, seria aqui, seria dentro do processo? A voz do povo é a voz de Deus. Na Vila, no local. Eu estava aqui conversando, mas eu creio que o senhor vai dar um despacho dentro do processo, convocando essa audiência. E eu tenho certeza que o Deputado Maurão, se puder, irá contribuir com toda logística para todos os Deputados participarem. Meus amigos, obrigado pela presença de cada um de vocês. Obrigado, Deputado Maurão, obrigado a todos. Estamos juntos! A data, depois o Dr. Dimis que vai...

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex Redano. E passo a palavra, neste momento, ao eminente Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa. E solicito do Deputado Alex Redano, que reassuma a Presidência dos trabalhos.

(Às 12 horas e 51 minutos o senhor Ribamar Araújo passa a Presidência ao senhor Alex Redano).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - Quero cumprimentar todos os homens e mulheres trabalhadores neste plenário, que aqui hoje faz uma das mais justas reivindicações aqui neste plenário. Quero aqui cumprimentar o Deputado Alex Redano, proponente desta Audiência Pública e com certeza, se eu não falasse, Deputado, eu já saía daqui satisfeito já com a fala dos que me antecederam, principalmente, a fala do Dr. Dimis, que fala com muito conhecimento, com conhecimento jurídico, que conhece bem o processo e na condição de Juiz Federal desta pasta de tamanha responsabilidade. Então, o nosso cumprimento ao Deputado Alex Redano e parabéns por mais esse trabalho em defesa do trabalhador. Cumprimentar aqui o Deputado Ribamar, Deputado, grande defensor também desse Projeto, dessas pessoas que moram nesse Projeto Jequitibá, o tempo inteiro o Deputado Ribamar vem defendendo e outros que estão na situação bastante parecida que são situações que precisam ser regularizadas e parte desta Casa. Então o nosso cumprimento Deputado Ribamar, o nosso carinho pelo vosso trabalho também em defesa das pessoas que querem trabalhar e que trazem o alimento para nossa mesa.

Então, quero aqui cumprimentar o Sales, que é Secretário Adjunto da Sedam, e que é uma pasta bastante difícil de

ser compreendida, mas tem essa pasta que faz parte do Governo do Estado, do Ministério do Meio Ambiente, que com certeza, alguém tem que assumir. Cumprimentar aqui o Prefeito de Candeias, Vereadores que aqui também prestigiam da Cidade de Candeias, as pessoas que vieram dar todo esse apoio a essas famílias que necessitam o quanto antes resolver e regularizar essa área que é o anseio de todos. Cumprimentar aqui o Zoca, o Zoca que também é uma pessoa que o tempo todo tem batalhado não só por essa área, mas as áreas que estão aí hoje e que precisam ser regularizadas, principalmente, essa Zoca, em seu nome eu quero cumprimentar toda a Diretoria da Associação que vem lutando e batalhando para que possa ser regularizada. Cumprimentar aqui o Secretário da Agricultura lá de Candeias que também prestigia este evento que com certeza é importante para a nossa agricultura. Que assim que começou Rondônia, ainda quando vim para Rondônia criança e aí meu pai falou: “nós vamos para Rondônia porque lá vão desbravar, lá se nós não marcarmos o sítio, o lote e derrubar e abrir a gente perde as terras”. E hoje, está invertido, se derrubar é que corre o risco de perder o que tem. Mas, o nosso cumprimento, cumprimento ao Dr. Dimis, Dr. Dimis que conhece de perto e que nasceu numa cidade aqui nossa vizinha no Estado do Amazonas que é Lábrea, Cidade, penso, eu não conheço, mas deve ser menor do que Candeias, eu imagino, veio de baixo, eu creio, família pobre que se esforçou com sua dedicação, estudou e se tornou Juiz Federal, hoje do nosso Estado, do nosso País. Então, é muito bom Dr. Dimis, pessoas como o senhor que conhece, que veio lá de baixo, que na hora de dar a sua caneta que tem muito peso, as decisões, você lembra lá das raízes e isto é muito bom quando alguém vem lá do berço de ouro, do ar-condicionado não sabe o sofrimento a dor de quem é pequeno de quem é sofrido, não imagina isso. E isso eu fico feliz de hoje o senhor poder estar aqui na condição de Juiz, já como o senhor falou, às vezes fica difícil para o juiz falar, porque juiz é para decidir, normalmente é o que está no papel, coloca no papel e a decisão é do juiz. Outro dia, eu conversando com uma promotora e ela me disse que ela era juíza, mas aí ela achou que seria melhor ela ser promotora e aí ela deixou de ser juíza, fez o concurso e voltou a ser promotora, que a promotora é que às vezes cobra, vai para cima e o juiz às vezes tem que decidir e ela achou melhor ser promotora, porque cada um gosta e tem que fazer aquilo que gosta. Mas, o juiz estudar naquilo que ele tem o dom para isso, senão não adianta você fazer um curso e depois não gostar do que faz também. E aí, Dr. Dimis, o senhor falou aqui com muito conhecimento e com certeza abriu-se mais um leque e eu acho a importância dessa nossa, desse diálogo, eu acho que depois a gente poderia fazer uma reunião entre a Mesa, para gente buscar uma saída, porque esta Casa, ela é que muda, é quem faz e que tem poder de fazer Leis. Eu lembro ainda quando, eu estava aqui desde o meu primeiro mandato, a 429, as pessoas diziam assim: oh, vocês podem sair daí porque é área verde. O Brito lembra bem disso, que ele já era do Incra e aí falavam: não vai ter essa 429, pode fechar, nem adianta criar município aqui. Que era o município de São Miguel, Seringueiras, São Francisco, Costa Marques. Que aqui é tudo área verde. Quem mudou essa situação foi esta Casa, foi este Poder

que deu condições para aquelas famílias está lá hoje, de área verde, tornar uma área produtiva e é uma área de terras férteis das melhores de Rondônia e aquelas famílias estão lá, foi esta Casa que fez isso. Depois, o Deputado Ribamar, eu acho que lembra bem, eu penso que ele já estava aqui e nós tivemos uma outra situação na região de Nova Mamoré, toda área de Nova Mamoré, era uma área que também tinha lá determinação da Justiça para despejamos eles, por várias vezes, porque era uma outra área que não podia ficar as famílias lá. E foi o quê? Feito uma alteração com o zoneamento aqui e foi regularizado ali onde é o Palmeira, Jacinópolis, que hoje é um distrito maior do que muitas cidades e aquelas pessoas estão lá produzindo e sustentando a sua família. Depois, Brito, nós tivemos o problema no Bandeirante. O Bandeirante, fecharam o bandeirante por várias vezes e a polícia às vezes tomava as enxadas, motosserra, ferramenta, alimentos, as pessoas estavam levando o alimento para ela e eles perdiam porque faziam barreira e diziam que Bandeirante não poderia desmatar, não poderia ninguém está lá dentro, tiraram algumas madeiras, arrancaram lá de dentro. Mas, eles foram lutando, esta Casa por várias Audiências debatendo, hoje estão lá regularizados e a cidade hoje, o distrito já é maior do que algumas cidades que é o Bandeirante. E olha o quanto eles estão produzindo, é onde nós temos a agricultura mais forte do município de Rondônia, está concentrada no Bandeirante, que são as terras fértil desse distrito de Porto Velho e foi regularizada aqui nesta Casa. Então, eu quero aqui cumprimentá-lo Dr. Dimis e parabenizá-lo mais uma vez por essa ação, por vossa presença, poder estar aqui debatendo com o vosso conhecimento jurídico, isso faz com que a gente saia desta Audiência hoje bastante motivado. Cumprimentar aqui o Garçon, que é o Deputado, foi prefeito na época, eu quero aqui também te parabenizar Deputado Garçon, pela luta, pela batalha e por tudo que você tem feito por esse pessoal, principalmente da região do Candeias e você conhecia a época porque era prefeito, sabia de tudo que se passava. Então, é importante o seu apoio e hoje na condição de deputado federal, ajudando essas famílias. Cumprimentar aqui o Brito, que também é um amigo, uma pessoa com esse conhecimento e eu gostei aqui quando o Dr. Dimis fez um elogio ao Incra, ao seu trabalho, que é um dos que tem aqui o meu reconhecimento e o reconhecimento também desta Casa, Brito, pelo trabalho que você faz, pela pessoa humana que você é, lá no Incra como Superintendente, com o seu conhecimento e o quanto você já ajudou o povo de Rondônia. Quando me falaram que você voltaria para a Superintendência do Incra, perguntaram se tinha o meu apoio e eu falei assim: tem meu apoio total, porque é uma pessoa humana, preparada, que realmente gosta de gente e você está no lugar certo. Gostaria de tê-lo Deputado, faltou um pouquinho porque aqui você também ajudava muito, mas Deus sabe o que faz e eu sei o quanto você está ajudando e prestando de você mesmo o seu trabalho ao Estado de Rondônia. Dr. Shamy, que é o Juiz titular, ele não falou, mas só dele ficar aqui ouvindo, tenho certeza de que ele concordou com o pronunciamento do doutor Dimis e obrigado pela sua presença, por estar aqui, é a Justiça Federal, os dois Juizes do nosso Estado que com certeza é muito importante, principalmente essas famílias que realmente precisam e dependem de seu pedacinho de

terra. Eu queria aqui, ainda cumprimentar a Defensora Pública, que também está ajudando, a doutora Alessandra Martins, obrigado pela vossa presença, você que tem nos acompanhado lá na Promotoria do Meio Ambiente, com a doutora Aidê e em outras ações como esta, ela tem assim, se dedicado e ajudado a essas pessoas, obrigado doutora Alessandra por vossa presença. Eu queria aqui falar com o Sales: a Casa fez um convite, pediu que a empresa que ganhou a licitação do zoneamento para que ela pudesse estar aqui hoje e ela respondeu o que, que não poderia estar? O Sales sabe me falar, Secretário? Porque eu gostaria e eu pedia isso ao Deputado Alex Redano, que eu gostaria que a empresa que ganhou essa licitação, essa licitação que está assim, que foi e que já era para ter acontecido há mais de dois anos, mas que infelizmente vem a passo de tartaruga, que parece que não estão preocupados com a situação de quem realmente trabalha e eu tenho cobrado isso do Governo do Estado, tenho cobrado do Secretário do Meio Ambiente, o Secretário Wilson e que ela estivesse aqui hoje, para dizer para nós como é que está, porque já faz umas, eu já cobrei isso aí pelo menos umas vinte vezes doutor Sales, e quinze dias está pronto, mais quinze dias, esses quinze dias já viraram mais de trezentos dias. Então, era importante que ela estivesse aqui e eu não vou abrir mão que ela venha dar, independente Deputado Ribamar, desta Audiência Pública, que ela venha nem que seja no gabinete, dizer como está este processo, porque nós precisamos de regularizar a área do Jequitibá, nós precisamos regularizar a área lá do Cujubim que é onde está hoje a Reserva do Papagaio, Periquito, que é aquele tanto de passarinho que tem lá em Mutum, que são sete áreas e é de verdade doutor Dimis, são sete áreas que não tem mais mata, e são terras, não é nem Sítio, é Chácara, essa área toda tem quase dez mil famílias que moram lá dentro, numa área pequena que é na grande maioria, Chácara. Chácara de dois, de cinco, de dez alqueires e que estão impedidos de ter estrada, que estão impedidos de ter escola, que são dois quilômetros de Cujubim, pega celular lá dentro e precisa regularizar, o Estado tem que regularizar esta área, e assim com a Reserva hoje que precisa ser regularizada já foi falado aqui, a Resex de Porto Velho, Jaci-Paraná e Buritis, são três mil famílias que já estão lá Zoca, antes de criarem essas Reservas, porque já estavam lá há mais de vinte anos e esta Casa tem esta responsabilidade de regularizar e reconhecer o trabalho dessas famílias. Então, nós vamos regularizar. Eu lembro quando nós estávamos regularizando a área lá do Rio Pardo, Brito, e aí o Salvador como Presidente e o Ribamar defenderam muito isso naquela época, nós debatendo aqui para a gente achar uma solução que era um pouco mais difícil do que a situação de vocês, por que lá era uma área federal, não estava na nossa competência de regularizar por que nós temos a competência de regularizar as áreas estaduais, mas a federal não. Nós só fazíamos a parte política e de ajudar articular para que a bancada federal, que o Governo do Estado e o Governo Federal pudesse regularizar. Mas a gente via o Exército acampado lá com mais de quinhentos homens, com diárias, avião a disposição para tirar aquelas famílias que estavam trabalhando. E esta Casa aqui lutando e as pessoas lá já quase perdendo a esperança, mas tudo que eles tinham era aquela propriedade, estava tudo lá

dentro o seu sítio, o seu gado, o seu café e eles sendo despejados. E aí por algumas vezes eu fui com o Salvador, com as pessoas que lideravam, o deputado Ribamar lembra disso, cheguei até o Dr. Dimis, eu não conhecia o Dr. Dimis e o Dr. Herculano e aí ele falou assim; deputado eu estou acompanhando atentamente as audiências, e o quanto vocês estão batalhando por essas famílias. Lembra disso Dr. Dimis quando eu estive no seu gabinete e o senhor falou isso para mim: eu estou acompanhando estou vendo vocês batalhando por essas famílias, e sei que se eu tomar uma decisão para tirar aquelas famílias de lá que são quase três mil famílias, vai causar uma situação social muito grande. Então eu estou vendo a luta de vocês continua lá, tentem resolver que essa é uma situação política, que precisa ser resolvida. Enquanto isso eu vou segurar aqui o processo, eu vou segurar, estou vendo que vocês estão fazendo tudo para ajudar, estou acompanhando atentamente, que eu também estou angustiado para que isso seja resolvido. E eu não vou tomar uma decisão autorizando a polícia a ir lá e retirar todo mundo. Já estavam lá para retirar, mais de quinhentos homens. Tiveram um debate lá um dia, acabou ainda morrendo um dos soldados. Mas o Dr. Dimis fez isso, demorou praticamente uns dois anos e nós conseguimos chegar num acordo e regularizando aquelas famílias. Então eu quero aqui Dr. Dimis lhe agradecer por isso, por mais esse trabalho prestado ao povo trabalhador desse Estado. Então eu não tenho dúvida que nós vamos regularizar a situação de vocês, tem aí o prazo para que ser cumprido a Justiça, mais uma vez e nós temos dois meses como falado aqui pelo Brito para que a gente pudesse resolver nesses dois meses, se não entra aí o recesso, e aí fica para o próximo ano. Então com isso, eu quero fazer esse pedido viu Sales, Secretário Adjunto que traga no nosso gabinete na próxima segunda-feira a empresa, as pessoas responsáveis por esse zoneamento para que ele dê uma explicação de verdade e para que a gente possa debater a segunda aproximação do zoneamento aqui nesta Casa. E aqui proposta pelo Dr. Dimis, nós vamos autorizar essa Audiência Pública lá dentro do projeto, nós vamos autorizar e fazer lá e que a Secretaria do Meio Ambiente esteja lá, e que essa empresa vai estar lá porque a Assembleia que vai decidir aqui com os colegas deputados como que vai ser feita as alterações dessa segunda aproximação do zoneamento. Falei para o Secretário que o projeto, alguém comentou que o projeto como estava vindo ia chegar aqui e não ia ter como fazer alteração, alguém chegou a comentar isso viu Dr. Dimis, que não ia poder fazer alteração. E eu falei para o Secretário da Sedam que se esse projeto chegar aqui sem poder fazer alteração, que jamais nós vamos votar um projeto que essa Casa tenha o poder de fazer alteração. Então nós vamos votar fazendo as alterações, então que já previna no projeto, não sei como foi feita a parte técnica, mas que faça como possa ser feita a alteração, porque eu sei do gasto, está custando mais de vinte milhões, isso é um dinheiro do BNDES que foi emprestado para fazer esse projeto. Agora para vir um projeto furado para cá, isso nós não vamos aceitar não, para que gastar dinheiro? Eu quero aqui agradecer mais uma vez, Dr. Dimis, por esse trabalho prestado que V.Ex^a presta hoje na condição de juiz e como essa pessoa humana que eu fico feliz mais uma vez de vê-lo aqui na nossa Casa, e Dr. Dimis é uma das pessoas que veio para cá em

2013, mas já é cidadão de Rondônia que nós outorgamos um título de Cidadão de Rondônia a ele entendendo o serviço que ele tem prestado a este Estado, por isso somos orgulhosos hoje de tê-lo no nosso Estado. Obrigado pela presença. Mas eu já estou encerrando aqui a minha fala e aí já vamos encerrar, vocês têm que almoçar e eu também tenho um pessoal no gabinete para atender. Então Deputado Ribamar, Deputado Alex Redano, já fica aqui, e Sales nosso Secretário de Meio Ambiente, que na segunda-feira nós queremos ouvir o empresário que ganhou essa licitação para que ele dê detalhado como está o projeto para que a gente possa já se preparar para as alterações que serão feitas tanto do Jequitibá como da Reserva Resex como lá de Cujubim que é das reservas Papagaio, Periquito e Mutum, que são várias reservas, são 07 e tem nomes de passarinhos, que essas áreas precisam ser regularizadas e outras que não são mais reservas, não são mais reservas, já tem mais de 20 anos que deixou de ser reserva e o Estado deixou de cuidar e aquelas famílias que realmente queriam trabalhar e foram para lá e a grande maioria não sabia que era reserva e nós temos que regularizar. Nós temos, cadê o Brito, 65% das nossas áreas já são reservas, nós só temos apenas 35% que são desmatadas, 65% são reservas, e agora essas alterações nós não precisamos ter medo, Sales, de fazer alteração, medo de inglês, de ambientalistas, de ONGs, de pessoas de outro país que estão lá em Dubai que é um dos países mais ricos do mundo achando que vai vir mandar aqui em Rondônia e mandar no Amazonas? Jamais vamos aceitar fazer isso que agora nós temos que preservar. Claro que nós temos as nossas reservas, agora nós vamos preservar, eu não estou dizendo que temos que sair desmatando as nossas reservas não, mas as áreas que são produtivas, que essas pessoas estavam em cima delas, que foram colocadas aqui pelo Incra, que já estavam antes, que criaram reserva depois que as famílias já estavam lá dentro, essas nós vamos regularizar sim, vamos fazer alteração e esta Casa tem esse papel de fazer isso, esse é o compromisso. Então, gente, quero agradecer a todos, a presença de todos que fazem parte desta Mesa, prefeitos, vereadores, moradores e agricultores, agradecer a presença e dizer que eu estou à disposição. Eu anteontem estava em Colorado do Oeste, voltei para cá, ontem eu fui para Ji-Paraná a noite eu não poderia vim mas tinha essa audiência eu arrumei um avião, cheguei às 03:30 horas da manhã para hoje estar aqui debatendo, discutindo a situação de cada família de Jequitibá, por isso que eu estou aqui, vocês podem contar com esta Casa, a nossa parte nós vamos fazer entendendo que a Justiça também está fazendo a parte dela. Obrigado, que Deus abençoe a todos, fiquem com Deus.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meus amigos, antes de declarar encerrada a presente Audiência Pública, convido a todos para um coffee break, um lanchinho aqui ao lado, estão todos convidados, café da manhã que virou almoço. Um abraço.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta audiência pública às 13h21min).

ASSESSORIA DA MESA**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
NOS TERMOS DO § 2º DO ARTIGO 188
DO REGIMENTO INTERNO**

INDICAÇÃO DEPUTADO OLIVEIRA – PMDB – INDICA ao Governo do Estadual de Rondônia com cópia a SESAU, que a AÇÃO POC ITINERANTE seja feita no município de Alfa Floresta D'oeste/RO.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, ouvido o Doutor Plenário, na forma de Regimento, **INDICA** ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Saúde – **SESAU**, que a **AÇÃO POC ITINERANTE** seja feita no município de Alfa Floresta D'oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação, se faz para atender o Ofício nº 367/ SEMSAU 2017, onde solicitam apoio para que seja disponibilizada uma equipe médica para fazer atendimento especializado, no intuito de realizar um mutirão por meio de ação social no Município de Alta Floresta D'oeste/RO vem apresentando uma necessidade de um maior número de atendimento médico especializado, pois a demanda para essa procura vem crescendo a cada dia e a maioria da população que necessitam desses atendimentos não tem disponibilidade de ser deslocar para os município vizinhos para serem atendidos. Por isso se faz a realização da **POC ITINERANTE** no referido município.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitando aos nobres pares, especial atenção ao Pleito, pedido desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das Deliberações, 29 de setembro de 2017.

Dep. JEAN OLIVEIRA – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – INDICA ao Governo do Estado, com cópia ao IDARON a necessidade de que seja alterado o horário de atendimento da agência do IDARON no Município de Jaru – RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia ao IDARON a necessidade de que seja alterado o horário de atendimento da agência do IDARON no Município de Jaru – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta propositura se da pelo fato de que venho recebendo esta reivindicação da clientela de pecuarista que precisa do IDARON, que funcione nos dois expedientes ou que fique um servidor de Plantão até as 17h, para facilitar para os pecuarista que moram nas linhas mais distantes do município, que muitas

vezes chegam e a agência já está fechada, tendo que pernoitar no município, aumentando seus custos.

Plenário das Deliberações, 03 de outubro de 2017.

Dep. ADELINO ANGELO FOLLADOR - DEM

INDICAÇÃO – DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO. INDICA ao Exmo. Governo do Estado com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia – SESDEC, da necessidade de ser providenciado com o máximo urgência o aumento do efetivo de policiais, bem como uma ação ostensiva de policiamento no Município de Nova Mamoré.

O Deputado *in fine* subscrito, ouvido o plenário na forma regimental necessária, **INDICA** ao Exmo. Governo do Estado com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia – SESDEC, da necessidade de ser providenciado com o máximo urgência o aumento do efetivo de policiais, bem como uma ação ostensiva de policiamento no Município de Nova Mamoré.

JUSTIFICATIVA

Excelsior Parlamento,

Esta indicação vem atendimento a um Município que tem sofrido diariamente com o aumento da violência, especialmente por estar ligado a uma região de fronteira, o que facilita o roubo de veículos, principalmente motos. Segundo moradores da região a violência tem aumento e tal ponto que os moradores sentem-se intimidados e, diante dessa falta de segurança se sente obrigados a busca a interferência da Secretaria de Segurança com o intuito de garantir a inviolabilidade de seus lares, sendo de extrema importância se buscar a garantir do mínimo de segurança no local não apenas com o aumento do efetivo naquele município mas também com uma ação ostensiva da política na região para inibir a violência.

Certos de contas com apoio deste Parlamento esta são as nossas justificativas.

Plenário das Deliberações, 03 de outubro de 2017.

Dep. LAZINHO DA FETAGRO – PT

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PMDB - INDICA a necessidade de instalação de uma Unidade da polícia militar no Distrito de três coqueiros em campo novo.

O Deputado que o presidente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Podre Executivo Estadual, a necessidade de instalação de uma Unidade da Polícia Militar no Distrito de três coqueiros em Campos Novo.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Sabe-se que a Segurança se constitui um direito social e fundamental garantido na CF/88 em seu art. 6º é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a apresentação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Tendo em vista essa realidade, colocamos o distrito de três Coqueiros em evidência uma vez há uma grande preocupação da população local tendo em vista a saída do policiamento da região o que gerou enormes preocupação na comunidade, porque concomitantemente a isso, aumentou a incidência de crimes e contravenções e grande roubo, especialmente nas residências rurais.

Com isso, inúmeros moradores locais se organizam reivindicando para que tal solicitação seja atendida dada a real e urgente necessidade do distrito. Dessa forma, indica-se a necessidade de instalação de uma Unidade da Polícia Militar no Distrito de três Coqueiros em Campo Novo em caráter definitivo.

O Parlamentar tem como meta essencial ser um representante da população do trabalho de acompanhamento das ações propostas pelo Poder Executivo, que como o próprio nome diz, é quem executa as ações, programas e projetos em benefício da coletividade.

Plenário das Deliberações, 04 de outubro de 2017.
Dep. MAURÃO DE CARVALHO - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PMDB – Indica ao Senhor Governador do Estado com cópia ao Diretor do DER sobre a necessidade de construção de 01 (uma) ponte sobre o Rio São Domingos que está localizada na linha de santa fé com 50 metros de comprimento no Município de Costa Marques/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado com cópia ao Diretor do DER sobre a necessidade de construção de 01 (uma) ponte sobre o Rio São Domingos que está localizada na linha de santa fé com 50 metros de comprimento no Município de Costa Marques/RO.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa atender as necessidades dos moradores da referida linha que passa sobre o Rio São Domingos, ligados a cidade de Costa Marques a Comunidade quilombola de Santa fé e a outra várias propriedades rurais pois os agricultores, depende desta ponte para escoarem suas produções; facilitar o transporte escolar, dentre outras.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 28 de setembro de 2017.
Dep. LEBRÃO - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PMDB – Indica ao Senhor Governador do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que seja feita a recuperação da linha 78 e linha 108 que liga o Município de São Miguel do Guaporé ao Município de Seringueiras/RO.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA: Indica ao Senhor Governador do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que seja feita a recuperação da linha 78 e linha 108 que liga o

Município de São Miguel do Guaporé ao Município de Seringueiras/RO.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é uma linha de grande extensão e com uma população considerável, gerando qualidade de vida e oportunidade melhor trafegabilidade de veículos no transporte de alimentos e no transporte Escolar, que sofre com o período chuvoso, com acúmulo de água nas vias, dificultando o ir e vir dos cidadãos, danificando veículos e motocicletas que diariamente transitam por essas vias.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 28 de setembro de 2017.
Dep. LEBRÃO – PMDB.

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PMDB - Indica ao Senhor Governador do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que seja feita um termo de cooperação junto a prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé de 7 (sete) km de Lama Asfáltica.

JUSTIFICATIVA

A Presente indicação Taz a importância da necessidade da Lama Asfáltica no Município, ressaltando que devido á grande quantidade de chuvas e com o termino da mesma o atual asfalto se encontra em péssimo estado de conservação necessitando de uma nova cobertura, pra assim tornar a mobilidade urbana com mais acessibilidade e evitando transtorno aos veículos, principalmente aos transportes de mercadorias.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 26 de setembro de 2017.
Dep. LEBRÃO - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO – PMDB - Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário da Saúde (SESAU) que seja realizado um mutirão da Policlínica Oswaldo Cruz (POC Itinerante), na Região do Vale do Guaporé nos Município de São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, e na Região de nova Brasilândia do oeste, Novo Horizonte do Oeste, São Felipe do Oeste e Castanheiras/RO.

O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário da Saúde (SESAU) que seja realizado um mutirão da Policlínica Oswaldo Cruz (POC Itinerante), na Região do Vale do Guaporé nos Município de São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, e na Região de nova Brasilândia do oeste, Novo Horizonte do Oeste, São Felipe do Oeste e Castanheira/RO.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender a população e desafogar o sistema municipal de saúde, que as vezes não pode atender a todos os necessitados.

Na maioria das vezes o município tem que encaminhar para a capital onde será feito o atendimento necessitado, tornando assim um transtorno para a população.

As procuras pelas especialidades médica nessas Regiões são enormes e esses mutirões darão celeridade as ações do Governo nos Municípios.

Consciente da importância para a população contamos com o apoio dos Nobres Deputados para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 26 de Setembro de 2017.
Dep. LEBRÃO - PMDB

INDICAÇÃO - DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON – PV

INDICA á Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), um estudo de impacto e consequente LOTAÇÃO de 1 (um) profissional Nutricionista em cada Coordenadoria Regional de Educação no Estado.

O Parlamentar que baixo subscreve, nos termos do inciso VII do Art. 146 e Art. 188 do Regimento Interno, INDICA ao Secretário de Estado de Educação (SEDUC), um estudo de impacto e consequente LOTAÇÃO de 1 (um) profissional Nutricionista em cada Coordenadoria Regional de Educação no Estado, em atenção aos encaminhamentos definidos em Audiência Pública neste Parlamento, na data 21 de agosto corrente, com a presença de diversas autoridades e representantes da área.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Parlamentares,

A indicação na forma que se apresenta é parte das oficialidades dos encaminhamentos decidido em Audiência pública realizada nesta Casa de Lei com a presença de diversas autoridades da área como Gerente de Programas da SEDUC, professora Cláudia Leite, a representante do Conselho Regional da Nutrição, Nutricionista Estéfanie Queiroz, o Presidente da Câmara de Educação Básica do conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia, professor Agenor Fernandes, a Coordenadora do Curso de Nutrição da Faculdade São Lucas, Professora Juliana Closs e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Senhor Caio Marin.

Em atenção ao que fora decidido e registrado em Ata quando da realização da 28ª Audiência Pública da ALE, como citada, que ocorreu no dia 21 de agosto corrente necessário se faz a indicação como acima descrito.

Exmo. Senhor Secretário, a discussão do que se indica pode ser tratada como urgente antes preocupação com a saúde das crianças quanto a alimentação na rede de ensino.

Conhecendo que o quadro de Profissional Nutricionista em cada Coordenadoria Regional.

Antes a relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e com o apoio do Governo do Estado no sentido de vê-lo atendido este benefício.

Plenário das Deliberações, 03 de Outubro de 2017.
Dep. ANDERSON DO SINGEPERON – PV

INDICAÇÃO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON – PV

INDICA ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado com cópia á Secretaria do Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), a realização de uma Força-Tarefa das policias Civil e Militar e órgão de fiscalização nos município de Rondônia que fazem fronteiras com a Bolívia.

O Parlamentar que abaixo subscreve, nos termos do inciso VII do Art. 146 e Art. 188 do Regimento Interno, INDICA ao Chefe do Poder Executivo Estadual, com cópia ao Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania, a urgente realização de uma Força-Tarefa das policias Civil e Militar e órgão de fiscalização nos município de Rondônia que fazem fronteiras com a Bolívia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Estado de Rondônia possui em sua faixa de fronteiras com pais vizinhos, Bolívia, os Municípios de Alta Floresta d'oeste, Alto Alegre dos Cabixi, Costa Marques, Guajará Mirim, Nova Mamoré, Pimenteiros do Oeste, Porto Velho e São Francisco do Guaporé.

Os moradores questionam o abandono da fronteira Brasil – Bolívia, corredor de acesso fácil aos dois países. Um território aberto para o trafico, contrabando e prostituição. Os portos clandestinos matem atividades febris, principalmente á noite e nas primeiras horas da manhã. O que esta em falta fiscalização continua nessas áreas de fronteiras.

O Governo do Estado já realizou no ano de 2016 uma Força-Tarefa das policias Civil e Militar e órgão de fiscalizou, segundo dados da época veiculados nas mídias mais, de 2 mil pessoas em apenas dois de operação. Um resultado extremamente positivo. Somos conhecendo das limitações estatais quando da realização de uma operação como a que se indica, frente o número de pessoas e ausência do apoio do Governo Federal, mas não podemos deixar de apoiar o Governo, cobrando na quantidade de Parlamentar, que ações dessa volta sejam realizadas, como já satisfatoriamente assim o Poder Executivo Estadual, sensível e grave situação, o fez.

Antes a relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e com o apoio do Governador do Estado no sentido de vê-lo atender este benefício.

Plenário das Deliberações, 03 de Outubro de 2017.
Dep. ANDERSON DO SINGEPERON – PV

INDICAÇÃO DEPUTADO Dr. NEIDSON – PMN INDICA ao Governo do Estado com cópia as órgão competente a possibilidade de reforma do telhado da E.E.E.F.M PROFESSOR SALOMÃO SILVA, localizada no município de Nova Mamoré/RO.

O Deputado que presente subscreve, ouvindo o douto plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao órgão competente a possibilidade de reforma do telhado da E.E.E.F.M PROFESSOR SALOMÃO SILVA, localizada no município de Guajará Mirim

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente proposição tem por premissa a possibilidade de reforma do telhado da escola acima citada. Cabe destacar que o célebre Deputado tomou conhecimento que a referida escola se encontra com o telhado caindo, tornando o local inadequado. Afinal, é sabido que a educação é fator crucial para o futuro, pois trata-se de direito de todos, dever do Estado e o mais importante os direitos sociais.

Portanto, vejamos o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal/88, da forma que segue abaixo, *in verbis*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, acredita-se que uma escolarização mais digna proporcionada por um ambiente mais adequado, ligado a uma oferta justa de trabalho na área educacional permitida que todas as crianças, jovens e adultos, possam ter um ensino de qualidade, que lhe garanta a possibilidade de ascensão.

Nobres Parlamentares deste colegiado, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações, 26 de Setembro de 2017.
Dep. Dr. NEIDSON DE BARROS SOARES - PMN

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 642/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá coordenar todo o trabalho legislativo, bem como assessorar o presidente durante a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 100007626
Nome: Carlos A Martins Manvailer

Cargo: Secretário Legislativo
Lotação: Gab. Sec. Legislat.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 643/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá assessorar a Mesa Diretora durante a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200164018
Nome: Maria Iris Dias de L. Diniz
Cargo: Asses. da Mesa Diret.
Lotação: Ass. da Mesa Diretora

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 644/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá auxiliar a Assessoria da Mesa Diretora durante a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 100000505
Nome: Manoel Salustiano Ferreira De
Cargo: Asses. da Mesa
Lotação: Ass. da Mesa Diretora

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 645/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá prestar serviços de assistente de Plenário, durante a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200161382
Nome: Tiago Silva Santos
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Ass. da Mesa Diretora

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 646/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá operar o painel de registro de votação eletrônica nos trabalhos legislativos, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200161677
Nome: Henry Alves Calixto
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Gab. Sec. Legislat.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 647/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá preparar, equalizar todo o sistema de som, operá-lo, bem como gravar a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200161681
Nome: Milson Alves da Guia
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep. Ap. Prod. Parl.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 648/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá desempenhar as atribuições do Departamento de Apoio a Produção Parlamentar, na elaboração de proposições durante a Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200164024
Nome: Miranilde Rodrigues do N. Robles
Cargo: Diretor de Depart.
Lotação: Dep. Ap. Prod. Parl.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 649/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá desempenhar as atribuições do Departamento Legislativo nos trabalhos na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 100002882
Nome: Maria Aparecida S. Nascimento
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. Exp. e Controle

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 650/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá coordenar e taquigrafar os trabalhos, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 100008971
Nome: Gláucia C. da Costa Ribeiro
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. de Taquigrafia

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 651/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá participar dos trabalhos de taquigrafia na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 100003244
Nome: Joanilce Terceiro dos Santos
Cargo: Taquígrafo I

Lotação: Div. de Taquigrafia

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 652/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá participar dos trabalhos de taquigrafia na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200164040
Nome: Neide de Oliveira Franca
Cargo: Secretário de Apoio
Lotação: Dept. Ap. Prod. Parl.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 653/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá participar dos trabalhos de taquigrafia na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200163967
Nome: Neuzalice Brelaz Marinho
Cargo: Assessor Técnico

Lotação: Ass. da Mesa Diretora

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 654/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá participar dos trabalhos de taquigrafia na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200164041
Nome: Maria Aparecida Sgarione
Cargo: Secretário de Apoio
Lotação: DepT. Ap. Prod. Parl.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 655/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá realizar serviços fotográficos na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200162092
Nome: Ana Célia Rodrigues da Silva
Cargo: Secretário de Apoio
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 656/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços de Transmissão Via Internet, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161383
Nome: Claudio Alves da Silva
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 657/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços de Cinegrafista, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200163953
Nome: Ednei Ferreira de Carvalho
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 658/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 a servidora relacionada, que irá realizar serviços Jornalístico, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161390
Nome: Juliana Antonieta F M. Dias
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 659/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços Jornalístico, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200162093
Nome: Geovani Berno
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 660/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que estará responsável pelo Facebook,

na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161385
Nome: Igor Pereira Da Cruz
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 661/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços Fotográfico, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200163696
Nome: Gilmar De Jesus Santos
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 662/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços Jornalístico, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200163598

Nome: Elienio De Nazaré Nascimento
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 663/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 aos servidores relacionados, que irão compor a equipe de plenário escalados para realizarem serviços de Segurança, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161719
Nome: Jivaldo Agripino Brito
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept. Pol. Legislat.

Matrícula: 200161728
Nome: Renan de Aquino Figueiredo
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept. Pol. Legislat.

Matrícula: 100001587
Nome: Marcus Aurélio Costa S. Bahia
Cargo: Ag de Polícia Legislativa
Lotação: Dept. Pol. Legislat.

Matrícula: 100007957
Nome: Heleno Maia Tavares
Cargo: Agente de Serviços
Lotação: Dept. Pol. Legislat.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 664/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 aos servidores relacionados, que irão realizar serviços de Garçons, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161738
Nome: Paulo Moreira Batista
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Matrícula: 100005216
Nome: Mario Flavio de Miranda
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 665/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços como Mestre de Cerimônia, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 100008616
Nome: Lenilson de Souza Guedes
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept. Cerimonial

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 666/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 as servidoras relacionadas, que irão prestar serviços de Cerimonial, tendo em vista a realização da Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57.

Matrícula: 200162452
Nome: Naiara Maia da Silva Prata
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Matrícula: 200161576
Nome: Jigleane Castro Torres
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Matrícula: 200162393
Nome: Jacqueliney Borges de Lourdes
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Matrícula: 200161735
Nome: Ana Paula Souza Silva
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 667/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços de Garçom, na Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200161737
Nome: Fredson Teixeira Pereira
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Cerimonial

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 668/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18 a 20/10/2017 aos servidores relacionados, que irão participar da Sessão Itinerante Extraordinária, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 0015236/2017-57

Matrícula: 200163358
Nome: Kaio Augusto Bezerra Alabi
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Informática

Matrícula: 200161166
Nome: Daniel Benvindo de Carvalho
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Informática

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 2136/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº 2034/2017-SRH/P/ALE, de 04/10/2017, que designou o servidor **VALDEIR MOREIRA DE SOUZA**, para responder pela Divisão de Proteção e Policiamento, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 168, de 09 de outubro de 2017.

Porto Velho, 17 de outubro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral